

2024

Demonstrações financeiras consolidadas e
relatório dos auditores independentes

VOTORANTIM



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Votorantim S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resumo do desempenho de 2024

Apesar do cenário de contínua incerteza e volatilidade elevada nos mercados globais, o resultado anual da Votorantim reflete mais uma vez a força e diversificação do portfólio de empresas, fruto da implementação da estratégia de investimentos, da alocação de capital eficiente e da resiliência das empresas do portfólio.

Ao longo do ano, a inflação em diversos países seguiu pressionada e os juros não cederam, frustrando as expectativas no início de 2024. A permanência das tensões geopolíticas contribuiu para a volatilidade dos mercados e pressionou ainda mais as cadeias de abastecimento ao redor do mundo. Mesmo assim, a Votorantim foi capaz de apresentar resultados sólidos, com métricas financeiras saudáveis construídas pela dedicação e talento de suas equipes somado ao apoio de seus acionistas.

Na visão consolidada, os resultados da Votorantim incluem as operações da Votorantim Cimentos, Nexa, CBA, Acerbrag e Altre. Os resultados do Banco BV, Auren, CCR e Citrosuco são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia encerrou o ano com uma receita líquida consolidada de R\$ 51,8 bilhões, 7% superior em relação a 2023, impulsionada principalmente pela recuperação dos preços do Alumínio e do Zinco e aumento nos níveis de produção, que impactaram positivamente a CBA e a Nexa.

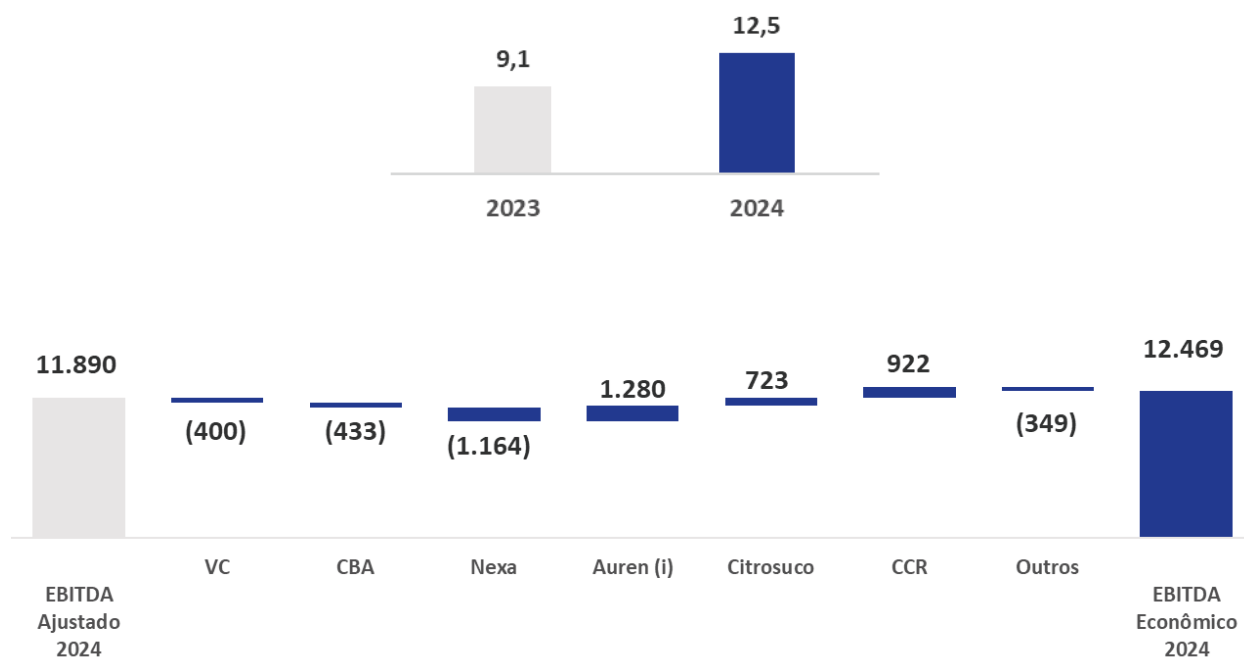
O Ebitda ajustado totalizou R\$ 11,9 bilhões, um aumento de 23% na comparação com 2023. O crescimento reflete os fortes resultados operacionais da Votorantim Cimentos, enquanto a Nexa e a CBA apresentaram uma recuperação consistente, impulsionadas por uma gestão disciplinada de custos, otimização de recursos e melhores preços praticados. O lucro líquido encerrou o ano em R\$ 830 milhões, uma redução de 55% na comparação com 2023. O principal impacto foi o reconhecimento do acordo entre Votorantim Cimentos e CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), no valor de R\$ 1.092 milhões, que pôs fim a um processo judicial iniciado em 2006. Outro impacto relevante ocorreu no resultado financeiro, que foi afetado pelo efeito negativo da apreciação do dólar frente ao real na variação cambial e nas despesas com juros.

A dívida líquida consolidada encerrou o ano em R\$ 15,3 bilhões, resultando em uma alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/Ebitda ajustado, de 1,29x. Com um balanço sólido, alavancagem financeira em patamares adequados e liquidez substancial, a Votorantim mantém sua disciplina financeira, administrando com prudência sua estrutura de capital, ao mesmo tempo em que segue investindo na evolução do seu portfólio. Esta consistência foi ratificada pela melhora na classificação de crédito da Companhia pela Fitch ratings, o que mantém a Votorantim como a única empresa brasileira não listada com grau de investimento pelas três principais agências de classificação de risco do mundo, enfatizando seu portfólio diversificado de negócios, liderança de mercado nos diversos setores em que atua, diversificação geográfica e o compromisso em manter uma estrutura de capital robusta.

Com capital paciente e objetivos de investimento pautados pelo DNA Votorantim, a Companhia vem realizando importantes movimentos nos setores de energia, infraestrutura e imobiliário, priorizando assim a diversificação de fatores de riscos, setores e geografias. Os principais movimentos realizados ao longo do ano podem ser encontrados no capítulo "Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024".

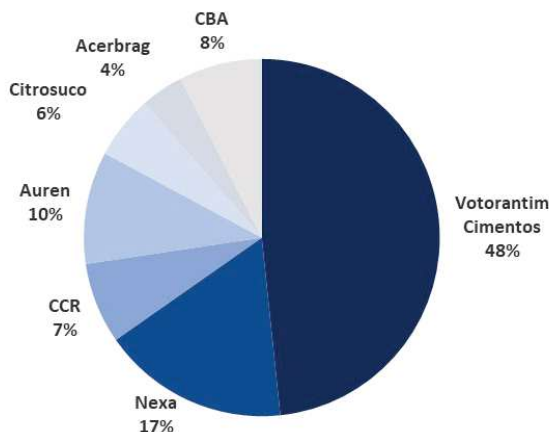
Com a evolução do portfólio da Votorantim, a visão consolidada das demonstrações financeiras não captura os resultados operacionais das empresas que são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Por conta disto, a Companhia percebeu a necessidade de acompanhar o resultado de modo a refletir a participação em seus negócios. A métrica gerencial, nomeada de Ebitda Econômico, apresenta o desempenho operacional do portfólio, somando o Ebitda de cada uma das empresas proporcional às participações que a Votorantim possui em cada uma delas. Sob este conceito, a Votorantim obteve um Ebitda Econômico de R\$ 12,5 bilhões em 2024, o que representou um crescimento de 47% em relação a 2023.

EBITDA Econômico (R\$ bilhões)



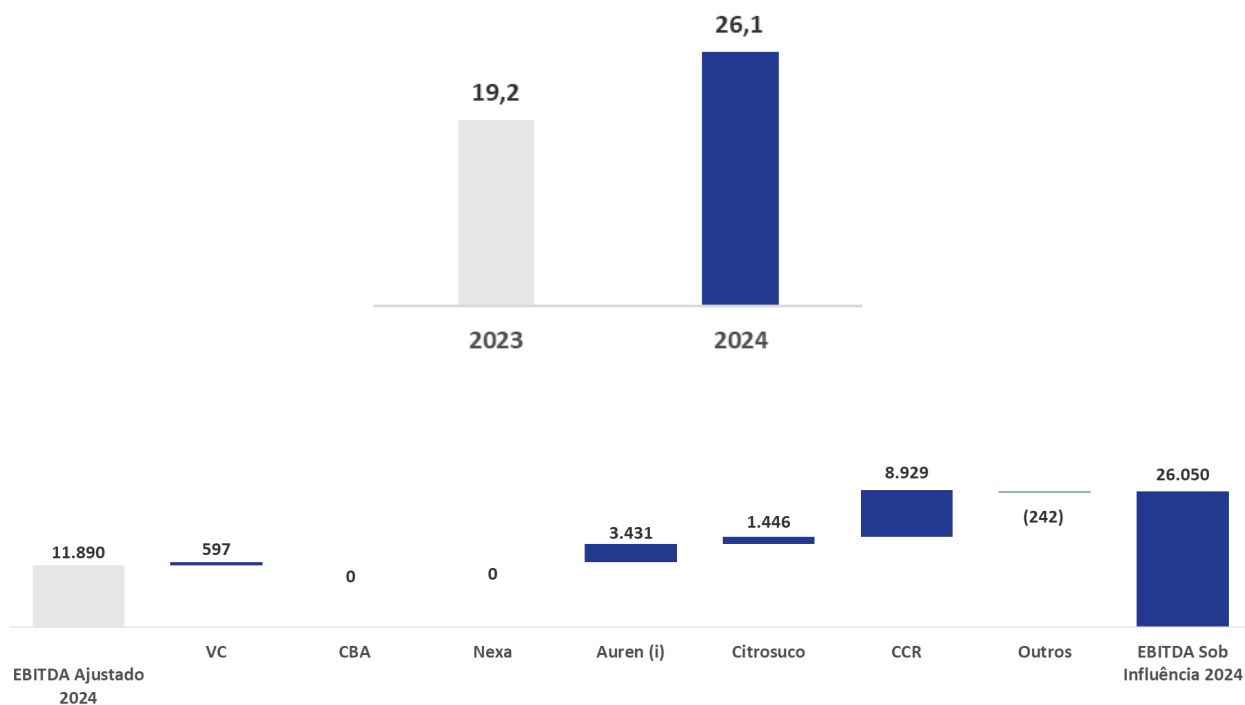
(i) Considera o resultado proforma consolidado, contemplando o ano completo de 2024 da AES, que foi adquirida pela Auren em 31 de outubro de 2024.

Distribuição do Ebitda Econômico



Outra métrica gerencial que a Companhia passou a acompanhar foi o Ebitda sob Influência, que traz uma visão ainda mais ampla do portfólio por considerar 100% do Ebitda de cada uma das empresas em que a Votorantim é acionista de referência, seja como controlador individual ou via controle compartilhado. Dentro deste conceito, o Ebitda sob Influência em 2024 foi de R\$ 26,1 bilhões.

EBITDA Sob Influência (R\$ bilhões)



(i) Considera o resultado proforma consolidado, contemplando o ano completo de 2024 da AES, que foi adquirida pela Auren em 31 de outubro de 2024.

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações

Balanço patrimonial consolidado.....	3
Demonstração consolidada do resultado	5
Demonstração consolidada do resultado abrangente	6
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração consolidada do valor adicionado	9

Considerações gerais

1.Considerações gerais.....	10
2.Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.....	18
2.1Base de apresentação.....	18
3.Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	22
4.Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	25

Riscos

5.Gestão de risco socioambiental	26
6.Gestão de risco financeiro	27
6.1Fatores de risco financeiro	27
6.1.1Instrumentos financeiros derivativos	31
6.1.2Estimativa do valor justo	35
6.1.3Demonstrativo da análise de sensibilidade	36

Ativo

7.Instrumentos financeiros por categoria.....	38
8.Qualidade dos créditos dos ativos financeiros.....	40
9.Caixa e equivalentes de caixa	41
10.Aplicações financeiras	42
11.Contas a receber de clientes	43
12.Estoques	44
13.Instrumentos financeiros – ações	46
14.Tributos a recuperar	46
15.Partes relacionadas.....	47
16.Investimentos	48
17.Imobilizado	51
18.Intangível.....	55

Passivo e patrimônio líquido

19.Empréstimos, financiamentos e debêntures	58
20.Arrendamento.....	64
21.Risco sacado a pagar	65
22.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	66
23.Provisões.....	69
24.Uso do bem público – UBP	79
25.Benefícios pós-emprego	79
26.Patrimônio líquido.....	82

Resultado

27.Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	86
28.Abertura do resultado por natureza.....	88
29.Outros resultados operacionais	89
30.Resultado financeiro líquido.....	89

Informações suplementares

31.Benefícios fiscais	90
32.Ativos e passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.....	91
33.Gestão de capital	92
34.Eventos subsequentes	93

VOTORANTIM BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	14.799	11.780
Aplicações financeiras	10	3.338	4.070
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	80	280
Instrumentos financeiros - ações	13 (a)	4.492	
Contas a receber de clientes	11 (a)	3.246	2.792
Estoques	12 (a)	9.074	7.695
Tributos a recuperar	14	1.173	1.364
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	15	163	293
Securitização de recebíveis		325	250
Outros ativos		891	1.086
		37.581	29.610
Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	32	1.973	260
Total do ativo circulante		39.554	29.870
Não circulante			
Aplicações financeiras	10	147	1
Instrumentos financeiros – ações	13 (b)	2.040	6.853
Contas a receber de clientes	11 (a)	26	26
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	1.007	837
Tributos a recuperar	14	1.702	1.920
Partes relacionadas	15	188	234
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	3.707	2.767
Depósitos judiciais	23 (b)	798	352
Outros ativos		358	513
		9.973	13.503
Investimentos	16 (a)	23.367	20.487
Propriedades para investimento		623	371
Imobilizado	17 (a)	41.753	36.441
Intangível	18 (a)	14.631	12.843
Direitos de uso	20 (a)	2.246	1.088
Ativos biológicos		72	54
		92.665	84.787
Total do ativo não circulante		92.665	84.787
Total do ativo		132.219	114.657

VOTORANTIM

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (a)	808	1.110
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	467	291
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	6.1.1	15	10
Arrendamentos	20 (b)	584	185
Risco sacado a pagar	21	3.329	2.942
Fornecedores		8.139	6.935
Salários e encargos sociais		1.551	1.396
Tributos a recolher		1.256	989
Adiantamento de clientes		127	146
Provisões	23 (a)	498	264
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15	241	508
Uso do bem público - UBP	24	146	141
Contratos futuros de energia		159	241
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		196	181
Securitização de recebíveis		157	95
Outros passivos		1.465	915
		19.138	16.349
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	32	479	125
Total do passivo circulante		19.617	16.474
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (a)	29.704	24.008
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	1.114	708
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	6.1.1	107	85
Arrendamentos	20 (b)	1.784	933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	3.936	3.757
Partes relacionadas	15	94	115
Provisões	23 (a)	3.466	3.425
Uso do bem público - UBP	24	1.656	1.646
Benefícios pós-emprego	25	393	405
Contratos futuros de energia		563	630
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		429	386
Obrigações a pagar com investidas	16 (a)	2.151	1.081
Outros passivos		1.866	1.250
Total do passivo não circulante		47.263	38.429
Total do passivo		66.880	54.903
Patrimônio líquido			
Capital social	26 (a)	28.656	28.656
Reserva de lucros		20.956	20.591
Ajustes de avaliação patrimonial	26 (c)	8.608	3.556
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		58.220	52.803
Participação dos acionistas não controladores		7.119	6.951
Total do patrimônio líquido		65.339	59.754
Total do passivo e do patrimônio líquido		132.219	114.657

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais

	Nota	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	51.836	48.530
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(41.505)	(40.546)
Lucro bruto		10.331	7.984
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	28	(1.290)	(1.226)
Gerais e administrativas	28	(3.079)	(2.731)
Outros resultados operacionais	29	(1.046)	(1.611)
		(5.415)	(5.568)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		4.916	2.416
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	16 (c)	1.082	740
		1.082	740
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		2.388	2.940
Despesas financeiras		(4.666)	(4.009)
Variações cambiais e efeitos de hiperinflação, líquidos		(1.660)	233
		(3.938)	(836)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		2.060	2.320
Imposto de renda e contribuição social	22 (a)	(1.448)	(485)
Lucro líquido das operações continuadas		612	1.835
Operações descontinuadas			
Lucro líquido das operações descontinuadas		218	
Lucro líquido do exercício		830	1.835
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			
Lucro líquido das operações continuadas		736	2.343
Lucro líquido das operações descontinuadas		174	
Participação de não controladores			
Prejuízo das operações continuadas		(124)	(508)
Lucro líquido das operações descontinuadas		44	
Lucro líquido do exercício		830	1.835
Quantidade de ações, em milhares		18.278.789	18.278.789
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais			
Das operações continuadas		40,27	128,18
Das operações descontinuadas		9,52	

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		830	1.835
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
	26 (c)		
Variação cambial de investidas no exterior		6.363	(1.801)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(178)	58
Hedge accounting operacional de investidas, líquido de efeitos tributários		(477)	22
Valor justo de ativos disponíveis para venda		(141)	95
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(7)	(3)
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Variação cambial de investidas no exterior		856	(297)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(36)	11
Hedge accounting operacional de investidas, líquido de efeitos tributários		(160)	35
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(34)	38
		6.186	(1.842)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
	26 (c)		
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		232	(81)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários		(197)	(229)
Realização de valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários		(180)	(79)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		(15)	2
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(348)	336
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		(2)	1
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários			(4)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários			1
		5.676	(1.895)
Total do resultado abrangente do exercício		6.506	(60)
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			
Operações continuadas		5.788	663
Operações descontinuadas		174	
Participação de não controladores			
Operações continuadas		500	(723)
Operações descontinuadas		44	
		6.506	(60)

VOTORANTIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais

	Nota	Reservas de lucros							Atribuível aos acionistas controladores		Patrimônio líquido
		Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores		
Em 1º de janeiro de 2023		28.656	10	1.588	17.379		5.236	52.869	8.024	60.893	
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						2.343		2.343	(508)	1.835	
Outros componentes do resultado abrangente							(1.680)	(1.680)	(215)	(1.895)	
						2.343	(1.680)	663	(723)	(60)	
Contribuições e distribuições para acionistas											
Dividendos distribuídos					(1.303)			(1.303)	(254)	(1.557)	
Redução de capital social de acionistas não controladores									(96)	(96)	
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores					1.131			1.131		1.131	
Destinação do lucro líquido do exercício											
Constituição de reserva legal				117		(117)					
Juros sobre o capital próprio distribuídos						(473)		(473)		(473)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(84)		(84)		(84)	
Retenção de lucros					1.669	(1.669)					
Total de distribuições para acionistas				117	1.497	(2.343)		(729)	(350)	(1.079)	
Em 31 de dezembro de 2023		28.656	10	1.705	18.876		3.556	52.803	6.951	59.754	
Em 1º de janeiro de 2024		28.656	10	1.705	18.876		3.556	52.803	6.951	59.754	
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						910		910	(80)	830	
Outros componentes do resultado abrangente					528		5.052	5.580	624	6.204	
					528	910	5.052	6.490	544	7.034	
Contribuições e distribuições para acionistas											
Dividendos distribuídos	1.1.1 (j)				(940)			(940)	(307)	(1.247)	
Redução de capital social de acionistas não controladores									(69)	(69)	
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores	26 (b)				83			83		83	
Destinação do lucro líquido do exercício											
Constituição de reserva legal				45		(45)					
Dividendos mínimos obrigatórios	26 (b)					(216)		(216)		(216)	
Retenção de lucros					649	(649)					
Total de distribuições para acionistas				45	(208)	(910)		(1.073)	(376)	(1.449)	
Em 31 de dezembro de 2024		28.656	10	1.750	19.196		8.608	58.220	7.119	65.339	

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Lucro das operações continuadas		2.060	2.320
Lucro das operações descontinuadas		327	
		2.387	2.320
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	28	4.903	4.009
Equivalência patrimonial	16 (c)	(1.082)	(740)
Juros, variações monetárias e cambiais		4.077	349
Crédito Eletrobrás			(433)
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	29	(178)	533
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	29	376	6
Ajuste a valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (b)	282	31
Constituição (reversão) de provisões, líquidas		418	(81)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	4	(153)
Instrumentos financeiros - <i>Offtake agreement</i>	6.1.1	5	(8)
Ganho líquido com instrumento financeiro - <i>put option</i> AMB		(144)	
Perda (ganho) líquido na venda de investimentos		(231)	23
Contratos futuros de energia	29	(149)	624
Perda na renegociação de dívidas	19 (b)	24	117
		10.692	6.597
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Aplicações financeiras		2.091	(212)
Instrumentos financeiros derivativos		25	(166)
Contas a receber de clientes		1.059	(100)
Estoques		(938)	88
Tributos a recuperar		470	328
Partes relacionadas		103	(9)
Depósitos judiciais		(829)	32
Demais créditos e outros ativos		(408)	608
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(994)	203
Salários e encargos sociais		2	133
Uso do bem público - UBP		51	19
Tributos a recolher		(1.276)	(45)
Adiantamento de clientes		(30)	27
Risco sacado a pagar		(221)	(112)
Demais obrigações e outros passivos		944	(304)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		10.741	7.087
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (b)	(1.801)	(1.648)
Juros pagos sobre uso do bem público - UBP		(148)	(146)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(629)	(718)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.163	4.575
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de instrumentos financeiros – ações		(541)	(1.459)
Aquisição de imobilizado	17 (a)	(5.341)	(5.050)
Aquisição de propriedade para investimento		(252)	(218)
Aquisição de intangível	18 (a)	(541)	(239)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		715	217
Recebimento de adiantamento - <i>put option</i> AMB			936
Recebimento de dividendos		1.298	1.776
Recebimento pela venda de investimentos		578	464
Aumento de capital em investidas		(63)	(500)
Aumento de ativo biológico			18
Movimentação de Instrumentos financeiros – ações		87	38
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.060)	(4.017)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	19 (b)	9.541	5.186
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (b)	(9.539)	(1.772)
Liquidação de contratos de arrendamento	20 (b)	(898)	(396)
Instrumentos financeiros derivativos		(30)	67
Redução de capital social de acionistas não controladores		(69)	(96)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(1.640)	(1.757)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.635)	1.232
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa			
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		1.551	(536)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.780	10.526
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.799	11.780
Incluído em caixa e equivalentes de caixa		14.499	
Incluído em ativos mantidos para venda		300	
Principais transações que não afetaram o caixa			
Aquisição de imobilizado e intangível		(410)	(326)
Novos contratos de arrendamento		973	209

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais

	Nota	2024	2023
Receitas			
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		59.368	55.438
Reversão (provisão) de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	11(c)	22	(1)
Outros resultados operacionais	29	(1.224)	(1.078)
		58.166	54.359
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(32.948)	(33.235)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(997)	(898)
Constituição (reversão) de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	29	178	(533)
		(33.767)	(34.666)
Valor adicionado bruto		24.399	19.693
Depreciação, amortização e exaustão	17,18e20	(4.903)	(4.009)
Valor adicionado líquido produzido		19.496	15.684
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias	16(c)	1.082	740
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		5.071	6.415
		6.153	7.155
Valor adicionado total a distribuir		25.649	22.839
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais			
Remuneração direta		4.004	3.623
Encargos sociais		1.304	1.188
Benefícios		897	861
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		174	132
		6.379	5.804
Impostos e contribuições			
Federais		4.397	3.466
Estaduais		4.507	4.617
Municipais		48	35
Diferidos		(504)	(777)
		8.448	7.341
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		9.008	7.251
Aluguéis		766	608
		9.774	7.859
Remuneração de capitais próprios			
Participação de acionistas não controladores		174	(508)
Dividendos e Juros sobre capital próprio		(941)	(983)
Lucros retidos		1.597	3.326
Lucro das operações descontinuadas		218	
		1.048	1.835
Valor adicionado distribuído		25.649	22.839

Considerações gerais

1. Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA") é uma *holding* de investimentos de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos: materiais de construção, financeiro, energia renovável, mineração e metalurgia, alumínio, suco de laranja, infraestrutura, aços longos, imobiliário, investimentos e gestão ambiental.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Dividendos recebidos e pagos

I. Dividendos recebidos

(a) Distribuição de dividendos pela Auren Energia S.A. ("Auren")

Em 7 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Auren aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 400 aos seus acionistas, dos quais foram pagos à Companhia R\$ 155 em 14 de março de 2024.

(b) Distribuição de dividendos pela Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA")

Durante o exercício de 2024, o Conselho de Administração da controlada VCSA aprovou a distribuição de dividendos, dos quais R\$ 488 foram pagos em 29 de fevereiro de 2024 e R\$ 471 em 16 de agosto de 2024 a Companhia.

(c) Distribuição de dividendos e JCP – Banco Votorantim S.A. ("Banco BV")

Durante o exercício de 2024, o Conselho de Administração da controlada indireta em conjunto Banco BV deliberou JCP e dividendos para seus acionistas no montante de R\$ 950. Sobre os valores deliberados houve a incidência de imposto de renda retido na fonte pela alíquota de 15% sobre a base de JCP, totalizando o valor líquido de R\$ 401 para cada um de seus acionistas. Ainda em 2024 foram pagos R\$ 216 (líquido de impostos) para cada um de seus acionistas, referente a deliberações ocorridas em 2023.

(d) Distribuição de dividendos – CCR S.A.

Durante o exercício de 2024, o Conselho de Administração da CCR S.A. aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 841 aos seus acionistas, dos quais foram pagos à Companhia R\$ 87 em 30 de abril e 29 de novembro de 2024.

(e) Distribuição de Dividendos – Votorantim Finanças S.A.

Em 11 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da Votorantim Finanças S.A. deliberou o montante de R\$ 67 de dividendos para a Companhia, o qual foi pago na mesma data.

(f) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) – Instrumentos Financeiros

Durante o exercício de 2024, a Companhia recebeu R\$ 44 a título de JCP dos seus instrumentos financeiros avaliados a valor justo, Hypera S.A. e Suzano S.A.

(g) Distribuição de dividendos – Campos Novos Energia S.A. (“Enercan”)

Durante o exercício de 2024 a coligada Enercan deliberou a título de dividendos o montante de R\$ 663, dos quais foram pagos para as controladas indiretas CBA Energia S.A. e Pollarix S.A, os montantes de R\$ 158 e R\$ 139, respectivamente.

(h) Distribuição de dividendos – Cimentos Avellaneda S.A. (“Avellaneda”)

Durante o exercício de 2024 a coligada Avellaneda deliberou o montante de R\$ 167, dos quais R\$ 82, correspondentes à participação de 49% detida, foram pagos à controlada indireta Votorantim Cimentos Latam, S.à.r.l..

(i) Distribuição de dividendos – demais investidas

Durante o exercício de 2024 foi recebido pela controlada indireta Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda. o montante de R\$ 9 dos seus instrumentos financeiros Supermix Concreto S.A. e IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.

II. Dividendos pagos**(j) Distribuição de dividendos e pagamentos de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) pela Companhia**

Em 23 de janeiro e em 6 de março de 2024 a Companhia pagou JCP à sua controladora Hejoassu Administração S.A., líquidos de imposto de renda retido na fonte, imputados aos dividendos, no montante de R\$ 68 e R\$ 334 respectivamente, conforme deliberação em dezembro de 2023.

Em 29 de fevereiro e em 16 de agosto de 2024, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos à sua controladora Hejoassu Administração S.A., nos montantes de R\$ 305 e R\$ 635, os quais foram pagos em 6 de março e em 21 de agosto de 2024.

(k) Distribuição de dividendos – Demais investidas

Durante o exercício 2024 houve a deliberação e pagamento de dividendos pelas controladas indiretas CBA Energia S.A., Pollarix S.A e Pinheiro Machado Participações S.A, à controlada em conjunto Auren nos montantes de R\$ 132, R\$ 81 e R\$ 18, respectivamente.

Adicionalmente houve deliberação e pagamento aos acionistas minoritários, pelas controladas indiretas Cimentos Artigas S.A e Itacamba Cimentos S.A., nos montantes de R\$ 19 e R\$ 2, respectivamente.

1.1.2 Operações societárias**(a) Homologação do aumento de capital e emissões de ações Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”)**

Em 18 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da controlada CBA homologou o resultado do aumento de capital que havia sido aprovado pelo órgão em 8 de novembro de 2023, dentro do limite do capital autorizado da CBA. Foram efetivamente subscritas e integralizadas 55.239.364 ações ordinárias, sendo 42.123.282 subscritas pela Companhia, ao preço de emissão de R\$ 3,73 reais por ação, totalizando o montante de R\$ 206.

Com a homologação, o capital social da controlada CBA passou de R\$ 4.749, dividido em 595.833.333 ações ordinárias, para R\$ 4.955, dividido em 651.072.697 ações ordinárias, havendo a participação da Companhia na CBA subido de 68,47% para 68,60%.

(b) Venda de operações – Nexa Recursos Minerais S.A. (“Nexa BR”)

A controlada Nexa Resources S.A. (“Nexa”) anunciou, em 19 de março de 2024, a suspensão das operações de mineração da controlada indireta Nexa BR no Complexo de Morro Agudo, localizado no estado de Minas Gerais, no Brasil, a qual entrou em vigor em 1º de maio de 2024. Em 5 de abril de 2024, a controlada indireta Nexa BR assinou um contrato de venda do respectivo Complexo, tendo sido a transação concluída em 1º de julho de 2024.

(c) Distrato da venda da unidade Niquelândia - CBA

Em 12 de abril de 2023, a controlada CBA firmou o contrato de venda de parte dos ativos e passivos da unidade Niquelândia, localizada no estado de Goiás, no Brasil, para a empresa Wave Nickel Brasil, pelo montante de R\$ 18, líquido de comissão de vendas, e assunção do acervo líquido negativo antes da transação no montante de R\$ 101. Desta forma, em 31 de março de 2023, foi feita a reversão de *impairment* de ativos em R\$ 120.

Em junho de 2024, foi firmado um distrato do contrato de compra e venda da Unidade Niquelândia com a Wave Nickel Brasil, resultando em constituição de *impairment* de ativos no montante de R\$ 134, com efeito em “Outros resultados operacionais”.

(d) Combinação de negócios entre Auren e AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil")

Em 15 de maio de 2024, a controlada em conjunto Auren e sua controlada ARN Energia Holding S.A. ("ARN") celebraram o acordo de combinação de negócios com a AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil"), por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Auren e a AES Brasil, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren.

No dia 14 de junho de 2024, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou, a proposta da combinação de negócios entre a Auren e a AES Brasil.

Em 6 de setembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") anuiu à combinação de negócios.

(i) A incorporação das ações ordinárias da AES Brasil foi realizada através da ARN, onde os acionistas da AES Brasil receberam ações ordinárias (ONs) e ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis (PNs) da ARN, com uma relação de troca de 10 ações da ARN para cada 1 ação da AES Brasil.

(ii) As ações PNs foram resgatadas automaticamente pela Auren, resultando em um pagamento em dinheiro para os acionistas AES Brasil e na emissão de 50.377.974 novas ações ordinárias da Auren. Após a troca, a ARN foi incorporada pela Auren, cancelando as ações da ARN e aumentando o capital da Auren.

A operação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

Impactos da reestruturação societária na Companhia

A Companhia detinha 27.210.595 ações da AES Brasil. Com a reestruturação societária, a Administração decidiu pelo recebimento de 10% destas ações via caixa no montante de R\$ 32 e 90% via recebimento de ações ON da ARN que imediatamente após a incorporação foram convertidas em novas ações emitidas pela controlada em conjunto Auren.

Com a emissão das novas ações, a Companhia passou a deter 38,66% de participação na controlada em conjunto Auren, resultando em mais valia em decorrência do aumento da participação societária.

(e) Aquisição da Esfera Energia - Auren

Em 4 de junho de 2024, a Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora"), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, bem como outros documentos correlatos, tendo por objeto a aquisição da "Esfera Energia", termo utilizado para se referir as empresas Esfera Comercializadora de Energia Ltda. ("Esfera Comercializadora") e Esfera Energia Consultoria e Gestão de Energia Ltda ("Esfera Gestão").

Em 30 de agosto de 2024, a transação foi concluída após cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, como obtenção de aprovação pelo CADE, pela ANEEL e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O preço de aquisição totalizou o montante de R\$ 88, sendo que R\$ 64 foram pagos na data de conclusão da transação e R\$ 4 foram pagos em outubro de 2024. O saldo de R\$ 20 restante está sujeito ao atingimento de determinadas condições de performance, a serem verificadas até 2026, e vem sendo atualizados mensalmente pelo CDI.

Foram reconhecidas mais valias no montante de R\$ 23 e ágio da operação de R\$ 80.

(f) Venda de operações na Tunísia e Marrocos – Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. (“VCEAA”)

Em julho e setembro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada VCSA o desinvestimento integral das operações da Tunísia e do Marrocos, respectivamente. Em 26 de julho de 2024, a controlada assinou o contrato para a venda das operações da Tunísia, e em 13 de setembro de 2024, foi assinado o contrato de venda das operações do Marrocos.

A conclusão das transações está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação por autoridades regulatórias, com expectativa de conclusão em até 12 meses, desde a respectiva assinatura dos contratos.

(g) Venda de operações no Peru – Nexa Resources Peru S.A.A. (“Nexa Peru”)

Em setembro de 2024, a controlada Nexa anunciou que sua controlada indireta Nexa Peru celebrou dois contratos para a venda integral de ações, sendo elas da Compañia Minera Cerro Colorado S.A.C., sua subsidiária e detentora dos direitos minerais que integram o Projeto Pukaqaqa, para a empresa Olympic Precious Metals Ltd. e da Minera Pampa de Cobre S.A.C., sua subsidiária e detentora da mina de Chapi, focada na exploração, extração e processamento de cobre, para a empresa Quilla Resources Peru S.A.C.. As operações na mina de Chapi haviam sido encerradas em 2013. O ganho total destas vendas foi de USD 13 milhões (R\$ 82).

As operações foram concluídas em 22 de novembro e 23 de dezembro de 2024, respectivamente, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas.

(h) Venda da participação na Alunorte – Alumina do Norte S.A. (“Alunorte”) - CBA

Em 21 de novembro de 2024, a controlada CBA anunciou a venda da totalidade de sua participação acionária na Alunorte, pelo montante de R\$ 237. A operação foi concluída no dia 2 de dezembro de 2024 após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da Alunorte.

(i) Aumento da participação acionária na Tinka Resources Limited (“Tinka”) - Nexa

Em 17 de dezembro de 2024, a controlada Nexa anunciou a aquisição de 9.859.155 ações da empresa Tinka, mediante o exercício de direitos conferidos a si no *Investor Rights Agreement*, firmado anteriormente entre Nexa e

Tinka. Com a conclusão da operação, Nexa passou a deter 81.202.208 das ações ordinárias de emissão de Tinka (equivalentes a 19,86%).

1.1.3 Captações

(a) Novas dívidas – Nexa BR

Em março de 2024, a controlada indireta Nexa BR celebrou um contrato de financiamento de capital de giro com o banco BNP Paribas, no montante total de principal de EUR 27 milhões (R\$ 150) a uma taxa de juros anual de 5,60% a.a., com vencimento em junho de 2024. Arelado a dívida, foi estabelecido um contrato de *swap* (instrumento financeiro derivativo) de variação cambial com percentual de cobertura de 100% a um custo de CDI + 0,90% a.a. Ambos os contratos são classificados pelo seu valor justo por meio de registro no resultado. A liquidação financeira ocorreu em 3 de junho de 2024, com o valor total do pagamento efetuado de EUR 30 milhões (R\$ 159) incluindo o principal acrescido do prêmio e juros acumulados até a data da conclusão da operação.

(b) Emissão de debêntures – Companhia Energética de São Paulo (“CESP”)

Em 21 de março de 2024, a controlada indireta CESP anunciou a oferta pública da 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 1.100 e prazo de dez anos, vencendo em 15 de abril de 2034. Em 15 de abril de 2024, o procedimento de *bookbuilding* foi concluído, tendo sido definida a remuneração das debêntures a uma taxa de IPCA + 6,1661% a.a. A liquidação dessa emissão ocorreu em 18 de abril de 2024.

(c) Emissão de debêntures – Nexa BR

Em 2 de abril de 2024, a controlada indireta Nexa BR concluiu a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 650, com taxa de juros de CDI + 1,50% a.a., e prazo de 6 anos. A debênture foi emitida nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples", e submetida a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o procedimento de registro automático de distribuição, nos termos da Deliberação CVM 160. A debênture é caracterizada como "debêntures vinculadas a ESG", pois a companhia terá opção de resgate ou prêmio de amortização relacionado a metas ESG.

(d) Gestão de endividamento - St. Marys Cement Inc. (Canada) (“St. Marys”)

(i) Emissão de Bonds (Voto 34) e oferta de recompra do Voto 27

Em 2 de abril de 2024, a controlada indireta St. Marys concluiu a emissão de *Bonds* no mercado de capitais internacional no montante total de USD 500 milhões (R\$ 2.498), com vencimento em 2034 e atrelado a indicadores de performance ambiental (*sustainability-linked bonds*) associados à intensidade de emissão de CO2 líquida (escopo 1) e substituição térmica, a serem medidos na data-base de 31 de dezembro de 2028. Caso a controlada indireta St.

Marys atinja as metas acordada até dezembro de 2028, não haverá alteração nos juros do financiamento. Em caso de descumprimento de ambos os indicadores, haverá acréscimo de até 0,25% na taxa de juros anual. A nova emissão possui cupom de 5,75% a.a. pagos semestralmente e garantia integral e irrevogável da Controlada VCSA.

Em 4 de abril de 2024, de forma concomitante com o recebimento dos recursos da nova emissão, a St. Marys concluiu oferta de recompra ("*Tender Offer*") do *Bond* de sua própria emissão com vencimento em 2027 (Voto 27). Após a conclusão da *Tender Offer*, o principal remanescente do Voto 27 foi de USD 238 milhões (R\$ 1.191).

(ii) Resgate antecipado de títulos sênior Voto 27 pela St. Marys

Em 11 de junho de 2024, a controlada indireta St. Marys exerceu seu direito de resgatar antecipadamente ("*Make-Whole*") a totalidade dos títulos sênior com cupom de 5,75% a.a. e vencimento em 2027, mediante o pagamento do preço de resgate calculado de acordo com os termos previstos na escritura de emissão (*indenture*).

A liquidação financeira ocorreu em 11 de julho de 2024, com o valor total do pagamento efetuado de USD 238 milhões (R\$ 1.326), incluindo o principal acrescido do prêmio e juros acumulados até a data da conclusão da operação.

(e) Emissão de *Bonds* e *Tender Offer* – Nexa Resources S.A. ("Nexa")

Em 9 de abril de 2024, a controlada Nexa concluiu a emissão de *Bonds* no mercado de capitais internacional no montante total de USD 600 milhões (R\$ 2.997), com vencimento em 2034 e, cupom de 6,75% a.a.

Em 10 e 15 de abril de 2024, de forma concomitante com o recebimento dos recursos da emissão, a controlada Nexa concluiu oferta de recompra ("*Tender Offer*") dos *Bonds* com vencimento em 2027 e 2028, no total de USD 484 milhões (R\$ 2.418) e USD 99 milhões (R\$ 494), respectivamente.

Após a conclusão, o montante de principal em aberto das Notas 2027 é de USD 216 milhões (R\$ 1.079), e o montante de principal em aberto das Notas 2028 é de USD 401 milhões (R\$ 2.003).

(f) Emissões de Debêntures – Auren

Em 17 de abril de 2024, a Auren anunciou a oferta pública da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais, no montante total de R\$ 400 e prazo de 10 anos, vencendo em 15 de abril de 2034. Em 30 de abril de 2024, o procedimento de *bookbuilding* foi concluído tendo sido definida a remuneração das debêntures a uma taxa de IPCA + 6,2980% a.a. A liquidação dessa emissão ocorreu em 3 de maio de 2024.

Em 23 de setembro de 2024, a Auren anunciou a oferta pública da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 2.500 e prazo de 7 anos, sendo amortizado em três parcelas anuais com vencimento em 10 de outubro de 2031. As debêntures serão remuneradas a uma taxa de CDI + 0,55% a.a. pagas semestralmente, a partir da data de emissão, onde ocorrerá o primeiro pagamento em 10 de abril de 2025. A liquidação dessa emissão ocorreu em 11 de outubro de 2024.

Em 15 de outubro de 2024, a Auren anunciou a oferta pública da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 5.400 e prazo de 4 anos, vencendo em 28 de outubro de 2028. As debêntures serão remuneradas a uma taxa de CDI + 1,10% a.a. no 1º ano, CDI + 1,20% a.a. no 2º ano, CDI + 1,50% a.a. no 3º ano e CDI + 2,00% a.a. no 4º ano pagas semestralmente, a partir da data de emissão. A liquidação dessa emissão ocorreu em 28 de outubro de 2024.

(g) Captação e amortização de empréstimos - CBA

Em junho de 2024, a controlada CBA assinou um novo contrato de financiamento através de Notas de Crédito à Exportação junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 425, ao custo de CDI + 1,61% a.a. e vencimento em junho de 2031. Esta captação está atrelada às metas anuais de redução de emissão de gases de efeito estufa na produção de alumínio primário, com benefício de redução na tarifa e de liquidação antecipada, a depender do atingimento das metas estabelecidas. Foi contratado *swap* junto à mesma contraparte, que visa a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada de 6,76 % a.a. em dólares americanos.

Adicionalmente, como parte da estratégia da gestão de passivos da controlada, e visando o alongamento de seu perfil da dívida, a CBA efetuou em agosto, setembro e dezembro de 2024 a liquidação antecipada de contratos de financiamento no montante total de R\$ 897, cujo vencimentos originais eram em 2027 e 2028. Em dezembro de 2024, renegociou o prazo de uma NCE (Notas de Crédito à Exportação) no montante de principal de USD 200 milhões (equivalente a R\$ 1.238) cujos vencimentos eram em 2027, 2028 e 2029 para novos vencimentos em 2030, 2031 e 2032, mantendo o custo pré-fixado de 6,70% a.a. em dólares americanos.

(h) Emissão de Debêntures - VCSA

Em 12 de setembro de 2024, foi concluída a 17ª emissão de debêntures simples da controlada VCSA, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, no montante de R\$ 1.100, destinada exclusivamente a investidores profissionais. As debêntures possuem vencimento em 5 de setembro de 2031 e remuneração de CDI + 0,58% a.a.

1.1.4 Demais operações

(a) Contrato de fornecimento de energia de longo prazo – VCSA

Em 29 de dezembro de 2023, a controlada VCSA firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") controladas indiretamente pela Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A ("Atlas Brasil") por um prazo de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizados no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, possuem previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a VCSA reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável.

Para a instrumentalização da operação, a controlada VCSA concluiu a aquisição de participação na Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda. (controladora direta das SPEs), no percentual de 10% do capital social total e 99% do capital votante da empresa, pelo montante de R\$ 65, que será quitado em março de 2026. O contrato de compra e venda da participação prevê a opção de compra futura da participação acionária detida pela VCSA a ser exercida de forma unilateral pela Atlas Brasil ao término do contrato de fornecimento de energia. Ainda, de acordo com termos e condições estabelecidos no acordo de acionistas e da opção de compra futura detida pela Atlas Brasil, a controlada VCSA avaliou que não possui controle e influência significativa sobre as operações dos Parques Solares, reconhecendo a participação acionária adquirida como um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A operação foi devidamente aprovada pela Superintendência Geral do CADE no dia 22 de janeiro de 2024 e publicada no Diário Oficial da União.

(b) Celebração de acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) - VCSA

Em 30 de dezembro de 2024, a controlada VCSA celebrou acordo com o CADE e aderiu à transação extraordinária junto à Procuradoria Geral Federal (“PGF”), com base no programa “Desenrola Agências Reguladoras”, com objetivo de equacionar todos os pontos de divergência com o CADE e solucionar em definitivo todos os litígios pendentes com a autarquia, mediante desconto de 65% dos valores originalmente cobrados, e resultando em uma despesa de R\$ 1.093 paga no exercício, registrado na rubrica de “Outros resultados operacionais” no resultado (Nota 29).

Informações adicionais sobre os processos e acordo estão divulgadas na Nota 23.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretação de International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração consolidada do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. Pelas normas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que

requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2025.

2.2 Consolidação

(a) Principais empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas separadamente da demonstração financeira individual da Companhia. A emissão da demonstração financeira individual foi realizada em 27 de fevereiro de 2025.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

A seguir são demonstradas as principais empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia:

Principais empresas consolidadas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2024	2023		
Subsidiárias e controladas				
Acerbrag S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00	Brasil	Imobiliário
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Companhia Brasileira de Alumínio	68,60	68,47	Brasil	Alumínio
Janssen Capital B.V.	100,00	100,00	Holanda	Holding
Nexa Recursos Minerais S.A.	64,67	64,67	Brasil	Zinco
Nexa Resources Atacocha S.A.A. (i)	46,82	35,92	Peru	Mineração
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	64,67	64,67	Peru	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A	54,04	54,04	Peru	Mineração
Nexa Resources S.A.	64,67	64,67	Luxemburgo	Holding
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
St. Marys Cement Inc.	83,00	83,00	Canadá	Cimentos
Votorantim Cement North America Inc.	83,00	83,00	EUA	Holding
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	100,00	100,00	Espanha	Holding
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	100,00	Luxemburgo	Holding
Votorantim Cimentos IV/NE S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Finanças S.A.	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim FinCO GmbH	100,00	100,00	Áustria	Holding
Operações conjuntas (Joint operations)				
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Great Lakes Slag Inc.	41,50	41,50	Canadá	Cimentos
Fundos de aplicação financeira exclusivos				
Fundo de Investimento Pentágono VC Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Fundo de Investimento Pentágono CBA Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Renda Fixa Crédito Privado	33,51	35,59	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VC	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VM	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Principais empresas não consolidadas				
Coligadas				
CCR S.A.	10,33	10,33	Brasil	Infraestrutura
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	49,00	Argentina	Cimentos
Cementos Especiales de las Islas S.A.	49,89	49,89	Espanha	Cimentos
Enercan - Campos Novos Energia S.A.	31,97	31,93	Brasil	Energia Elétrica
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii)		25,00	Brasil	Imobiliário
Supermix Concreto S.A. (ii)		25,00	Brasil	Concreto
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)				
Auren Energia S.A.	38,66	38,72	Brasil	Energia Elétrica
Banco Votorantim S.A.	50,00	50,00	Brasil	Finanças
Citrosuco GmbH	50,00	50,00	Áustria	Agroindústria
Citrosuco S.A. Agroindústria	50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44,96	45,34	Brasil	Investimentos
Floen S.A.	50,00	50,00	Brasil	Holding
Grundy-River Holdings LLC.	41,50	41,50	EUA	Concreto
Hutton Transport Ltd.	20,75	20,75	Canadá	Transporte
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	44,26	Brasil	Serviços
Midway Group, LLC.	41,50	41,50	EUA	Cimentos
RMC Leasing, LLC.	41,50	41,50	EUA	Aluguel de equipamentos

(i) A participação no capital votante da Nexa Resources Atacocha S.A.A. é de 53,85%.

(ii) A controlada VCSA reavaliou a contabilização do investimento detidos na Supermix Concreto S.A e IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda., passando a mensurar o investimento como ativo financeiro avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(b) Transações com acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações para não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Retenção de lucros”.

(c) Perda de controle em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto

Quando a Companhia deixa de ter o controle e não há mais influência significativa, qualquer participação retida na entidade é reavaliada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “BRL”).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são reavaliados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente liquidada ou vendida, as

diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

O investimento e o ágio, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresas	País	Moeda Funcional	Atividade principal
Acerbrag S.A.	Argentina	Peso argentino	Aços longos
St. Marys Cement Inc.	Canadá	Dólar canadense	Cimento
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. "VCEAA"	Espanha	Euro	Cimento
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Peru	Dólar norte-americano	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A	Peru	Dólar norte-americano	Mineração
Nexa Resources S.A.	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim Cimentos International S.A. "VCI"	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim FinCO GmbH	Áustria	Dólar norte-americano	Holding
Janssen Capital B.V.	Holanda	Dólar norte-americano	Holding

(d) Economias hiperinflacionárias

O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%.

O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras.

Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração do resultado devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

(i) Turquia

No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional ("FMI"), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional.

(ii) Argentina

Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando assim a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária. A Companhia aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem o peso argentino como moeda funcional.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis que entraram em vigor no período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, e identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2023, conforme demonstrado abaixo:

(a) Alteração no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro” – Reforma tributária internacional - regras do modelo *Pillar 2*

A Companhia está enquadrada no escopo das regras do *Pillar 2* estabelecidas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que refletem uma iniciativa para implementar o imposto mínimo global de 15%. Algumas jurisdições onde a Companhia e suas controladas possuem operações já incorporaram essas regras em sua legislação doméstica.

A Companhia realizou estudos sobre o impacto decorrente da referida legislação e, com base na avaliação realizada para 2024, chegou-se à conclusão de que as jurisdições não estão sujeitas ao imposto complementar (*top-up tax*) em razão da elegibilidade a pelo menos uma das regras de *safe harbor* prescritas nas diretrizes.

Por fim, esclarecemos que no Brasil foi publicada a Lei nº 15.079 que instituiu o imposto complementar, chamado de Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incorporando na legislação brasileira o *Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* (“QDMTT”), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”) (alterações ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 40 / IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas aos acordos de financiamento com fornecedores (“Risco sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da companhia através de suas controladas e sobre a exposição ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A companhia e suas controladas avaliaram os novos requerimentos de divulgação e incorporou na apresentação da nota explicativa de Risco sacado a pagar nestas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024, adicionando principalmente a divulgação das faixas de vencimento com fornecedores comparáveis.

(c) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e períodos futuros.

3.1.2 Novas normas, regulamentações emitidas e emendas as normas contábeis e fiscais ainda não vigentes

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras / IFRS 18

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores mais transparência nas informações, sendo:

- Comparabilidade aperfeiçoada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas (operacional, investimentos e financiamentos), melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Maior transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração, com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados; e
- Melhor agrupamento de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

(b) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras / IFRS 19

Em 9 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas). O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia e suas controladas irão avaliar a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

(c) Reforma tributária brasileira sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

(d) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board (“ISSB”) - IFRS S1 e IFRS S2

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (“ISSB”) emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação

obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros.

(e) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia e suas controladas entendem que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas a seguir:

- (i) Instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6.1.1);
- (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11);
- (iii) Estoques (Nota 12);
- (iv) Investimentos (Nota 16);
- (v) Imobilizado (Nota 17);
- (vi) Intangível (Nota 18);
- (vii) Arrendamentos (Nota 20);
- (viii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 22);
- (ix) Provisões (Nota 23).

4.1 *Impairment* de ágio e ativo não circulante

(a) Práticas contábeis

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável (“*impairment*”) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização passam por testes de *impairment* periodicamente ou na medida em que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como despesa na rubrica de “Outros resultados operacionais” (Nota 29) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs (Unidade Geradora de Caixa), sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia, África e América Latina são alocados a cada segmento operacional. Veja mais detalhes na Nota 18 (b) para detalhe da alocação dos ágios.

Quando uma perda por *impairment* é revertida, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de “Outros resultados operacionais” (Nota 29).

(b) Teste de *impairment*

Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs às quais possuem ágio alocado, bem como para outras UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e suas controladas.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas controladas, sem considerar os efeitos futuros da reforma tributária sobre consumo, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias específicas, como crises econômicas, para refletir melhor o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano (com taxa de crescimento nula).

A Companhia e suas controladas consideraram como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. As projeções foram realizadas com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional (região geográfica) ou à UGC que está sendo testada.

5. Gestão de risco socioambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registram, quando aplicável, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

6. Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities*, taxa de juros e mercado de energia); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em moeda local, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, as controladas que não possuem políticas financeiras próprias, seguem a Política Financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas, de taxas de juros e de preços de *commodities*, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas possuem investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação da Companhia e de suas controladas em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *hedge* de investimento líquido.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos expostos ao risco cambial na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2024	2023
Ativos expostos ao risco cambial		
Caixa e equivalentes de caixa	5.410	4.541
Aplicações financeiras	31	31
Instrumentos financeiros derivativos	253	258
Contas a receber de clientes	1.059	631
Partes relacionadas	1	11
	6.723	5.472
Passivos expostos ao risco cambial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.173	10.898
Instrumentos financeiros derivativos	111	295
Arrendamento	321	465
Risco sacado a pagar	110	110
Fornecedores	1.602	3.071
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata	625	567
	14.832	15.406
Exposição líquida	(8.109)	(9.934)

(ii) *Hedge accounting* de investimentos em entidades no exterior

Política contábil

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do período, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

Foram designados como objeto de *hedge* os investimentos apresentados na tabela a seguir e como instrumento de *hedge* a parcela da dívida da controlada St. Marys Cement Inc. (Canadá), denominada em dólares.

										2024	
Investidora				Objeto					Instrumento		Perda
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial	
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD	78,39%	638	3.950	USD	500	3.096	(214)	

										2023	
Investidora				Objeto					Instrumento		Ganho
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial	
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD	75,23%	500	2.503	USD	500	2.503	88	

As controladas documentam e avaliam trimestralmente a efetividade das operações de *hedge accounting* de investimento prospectivamente, conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

(i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(ii) Risco do preço de *commodities*

As Políticas Financeiras das controladas da Companhia estabelecem diretrizes para a utilização de derivativos de *commodities*.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges*, quando executados, são classificados nas seguintes modalidades:

Operações comerciais a preço fixo - operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;

Hedge para “Período cotacional” - tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;

Hedge para “Custos de insumos” - tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;

Hedge de “Margem operacional” - visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição aos riscos de crédito de contrapartes e emissores.

A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou S&P Global Ratings. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é “A” (em escala local) ou “BBB-” (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de “Monte

Carlo”, do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira da Companhia.

(c) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, portanto esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures e o uso do bem público.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.578	3.733	17.947	17.149	3.992	45.399
Instrumentos financeiros derivativos	467	617	248	249		1.581
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	16	94	38			148
Arrendamentos	584	702	298	136	522	2.242
Risco sacado a pagar	3.329					3.329
Fornecedores	8.139					8.139
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	241					241
Partes relacionadas		94				94
Uso do bem público - UBP	170	324	500	1.350	1.947	4.291
	15.524	5.564	19.031	18.884	6.461	65.464
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.462	2.169	20.016	6.617	3.643	34.907
Instrumentos financeiros derivativos	291	337	154	66	1	849
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	10	53	32			95
Arrendamentos	199	265	142	114	398	1.118
Risco sacado a pagar	2.942					2.942
Fornecedores	6.935					6.935
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	508					508
Partes relacionadas		115				115
Uso do bem público - UBP	85	172	197	708	1.099	2.261
	13.432	3.111	20.541	7.505	5.141	49.730

(i) Para os saldos de “Empréstimos, financiamentos e debêntures”, são projetados os encargos financeiros até o vencimento final dos contratos. Adicionalmente, não considera ajuste a valor justo das operações contratadas na Lei nº 4.131/1962.

6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e são subsequentemente reavaliados ao seu valor justo.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (mercado no qual transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o

método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

(i) Hedge de fluxo de caixa

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção das empresas que integram as operações de metais e mineração e alumínio, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar norte-americano. Há também o *hedge* de período cotacional, no qual se busca equalizar os períodos entre compra de concentrado e venda do produto final das plantas não integradas, de modo a mitigar as exposições.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida no patrimônio líquido em rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" (Nota 26 (c)). Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

Em julho de 2023, a controlada CBA efetuou a designação de *hedge accounting* na operação de *swap* de energia, visando a proteção do risco de descasamento do fluxo de caixa entre receita futura dolarizada e o custo de aquisição da energia elétrica indexados à inflação, portanto, terá o MTM futuro deste instrumento, acompanhando seu objeto de *hedge* no momento da realização do *swap*. O valor realizado de *hedge accounting* acumulado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 275.

(ii) Hedge de valor justo

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais, referenciado em preço LME, as empresas que integram as operações de metais e mineração e alumínio contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante, o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. As variações no valor justo dos derivativos designados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial, fluxo de caixa e resultado

A seguir são apresentados os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos por estes:

Programas	Valor principal		Unidade	2023				Alterações no valor justo			2024
	2024	2023		Total (líquido entre ativo e passivo)	Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Outros resultados operacionais	Resultado financeiro líquido	Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) realizado	Total (líquido entre ativo e passivo)
Hedge de operações comerciais a preço fixo											
Termo de zinco	2.584	7.233	ton	5	20					(24)	1
				5	20					(24)	1
Hedge para exercício cotacional											
Termo de zinco	232.717	209.051	ton	(15)	148	(176)	4		(6)	54	9
				(15)	148	(176)	4		(6)	54	9
Hedge de proteção cambial											
Termo de lira turca (USD/TRY)		10	USD milhões	(1)						1	
				(1)						1	
Hedge de taxa de juros											
Swaps taxa flutuante em SOFR vs. taxa flutuante em CDI		50	USD milhões	(10)				25		(15)	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	1.120	1.743	BRL	84				(114)		68	38
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	425		BRL					(44)		(10)	(54)
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	130	280	USD milhões	(220)				190	(2)	66	34
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	160	160	BRL	(8)				(35)		(3)	(46)
Swaps taxa fixa em EUR vs. taxa flutuante em CDI								6		(6)	
				(154)				28	(2)	100	(28)
Hedge de taxa de juros - Valor justo											
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI - Valor Justo (i)	623		BRL	16				(98)		31	(51)
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI - Valor Justo (i)	170	170	BRL	4				(41)			(37)
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150	150	USD milhões	(48)				162	(5)	32	141
				(28)				23	(5)	63	53
Hedge de contratos operacionais											
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	823	823	BRL	254				(156)		(28)	70
Swaps taxa flutuante em IPCA/GP-M vs. taxa fixa em USD (ii)	1.098	1.531	BRL	57				(36)	(444)	(176)	(599)
				311				(192)	(444)	(204)	(529)
SWAP US Treasury											
Swaps US Treasury vs. Taxa fixa em USD			USD milhões					3		(3)	
								3		(3)	
Total dos instrumentos financeiros derivativos				118	168	(176)	4	(138)	(457)	(13)	(494)
Contrato de offtake mensurado a valor justo por meio do resultado											
Offtake agreement	22.288	27.562	ton	(95)			(5)		(40)	18	(122)
				(95)			(5)		(40)	18	(122)
Total				23	168	(176)	(1)	(138)	(497)	5	(616)
Ativos financeiros derivativos				1.117							1.087
Passivos financeiros derivativos				(999)							(1.581)
Offtake agreement				(95)							(122)
Total dos instrumentos financeiros derivativos				23							(616)

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2024 | Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programas	Unidade	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	Valor justo por vencimento	
												2034 +
Hedge de operações comerciais a preço fixo												
Termo de zinco	ton	1										
		1										
Hedge para exercício cotacional												
Termo de zinco	ton	9										
		9										
Hedge de taxa de juros												
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	BRL	(85)	(87)	5	31	50	(14)	42	47	49		
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	BRL	31	27	20	14	9	6	(161)				
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	USD milhões	(73)	11	(3)	99							
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL	(8)	(7)	(6)	(6)	(4)	(4)	(3)	(3)	(3)		(2)
		(135)	(56)	16	138	55	(12)	(122)	44	46		(2)
Hedge de taxa de juros - Valor justo												
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI - Valor Justo (i)	BRL	(48)	(45)	(33)	(26)	(20)	(15)	(11)	(8)	50		105
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI - Valor Justo (j)	BRL	(7)	(7)	(6)	(4)	(4)	(3)	(2)	(2)	(2)		
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	USD milhões	(36)	(40)	1	18	31	39	43	46	39		
		(91)	(92)	(38)	(12)	7	21	30	36	87		105
Hedge de contratos operacionais												
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa fixa em USD	BRL	16	11	9	9	9	7	4	5			
Swaps taxa flutuante em IPCA/IGP-M vs. taxa fixa em USD (ii)	BRL	(153)	(156)	(148)	(142)							
		(137)	(145)	(139)	(133)	9	7	4	5			
Total dos instrumentos financeiros derivativos												
		(353)	(293)	(161)	(7)	71	16	(88)	85	133		103
Contrato de <i>offtake</i> mensurado a valor justo por meio do resultado												
<i>Offtake agreement</i>	ton	(15)	(51)	(29)	(23)	(4)						
Total												
		(368)	(344)	(190)	(30)	67	16	(88)	85	133		103

(i) A designação para *hedge accounting* desses instrumentos (*swaps* taxa fixa em PRE e *swaps* taxa flutuante IPCA vs. taxa flutuante CDI) ocorreu em 1º de janeiro de 2024.

(ii) O valor principal do instrumento foi estimado com base na variação de valor justo do contrato pelos índices futuros de mercado, trazido a valor presente pela taxa livre de risco.

Em 31 de dezembro de 2024, as operações de derivativos líquidos de impostos reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial" totalizaram o montante de R\$(472) conforme Nota 26 (c).

Legenda:

BRL	– Moeda nacional (real)	SOFR	– <i>Secured Overnight Financing Rate</i>
CDI	– Certificado de Depósito Interbancário	TRY	– Lira turca
IGP-M	– Índice Geral Preços - Mercado	USD	– Dólar americano
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo		

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de dívidas com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e

Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis)

O valor justo dos Instrumentos financeiros derivativos e Empréstimos, financiamentos e debêntures levam em conta o risco de crédito da Companhia e suas controladas. O valor da alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Caso a classificação do risco de crédito em outros resultados abrangentes criar ou aumentar o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece nos outros resultados abrangentes até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para lucros acumulados, sem afetar o resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1, 2 e 3 de hierarquia, vide classificação abaixo:

	Nota	Valor justo medido com base em			2024
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Técnica de valoração suportada por preços não-observáveis (Nível 3)	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.406	4.393		14.799
Aplicações financeiras	10	1.162	2.323		3.485
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		1.087		1.087
Instrumentos financeiros – ações	13 (b)		2.040		2.040
		11.568	9.843		21.411
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (a)	13.281	16.198		29.479
Instrumentos financeiros derivativos e <i>offtake agreement</i>	6.1.1		1.223	480	1.703
Arrendamento	20 (b)		2.368		2.368
Risco sacado a pagar	21		3.329		3.329
Contratos futuros de energia			722		722
		13.281	23.840	480	37.601

	Nota	Valor justo medido com base em			2023
		Preços cotados em mercado ativo (Nível1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível2)	Técnica de valoração suportada por preços não-observáveis (Nível 3)	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.503	4.277		11.780
Aplicações financeiras	10	1.281	2.790		4.071
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		1.117		1.117
Instrumentos financeiros – ações	13 (b)		2.505		2.505
		8.784	10.689		19.473
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (a)	10.490	15.345		25.835
Instrumentos financeiros derivativos e <i>offtake agreement</i>	6.1.1		1.056	(57)	999
Arrendamento	20 (b)		1.118		1.118
Risco sacado a pagar	21		2.942		2.942
Contratos futuros de energia			871		871
		10.490	21.332	(57)	31.765

6.1.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos e dos financiamentos e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, euro, dirham marroquino, lira turca, dólar canadense, peso uruguaio, dinar tunisiano, peso argentino, dólar da namíbia e novo sol peruano, das taxas de juros CDI, IPCA, TJLP, LIBOR/SOFR, Cupom de dólar e dos preços de *commodities*. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024, estão descritos a seguir:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2024 | Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 2024	Impactos no resultado					Impactos no resultado abrangente				
						Resultados do cenário I	Cenários II & III				Resultados do cenário I	Cenários II & III			
							-25%	-50%	+25%	+50%		-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio															
USD (ii)	2.054	10.067	2.254	USD	-3,99%	177	1.109	2.218	(1.109)	(2.218)	124	776	1.551	(776)	(1.551)
EUR	104	18			-2,08%	(2)	(22)	(43)	22	43					
PEN	213				-6,32%	(13)	(53)	(107)	53	107					
Taxas de juros															
BRL - CDI	6.116	5.630	4.072	BRL	151 bps	(24)	70	166	(50)	(86)					
BRL - IPCA	2	2.995	2.726	BRL	17 bps	(131)	(129)	(242)	147	315					
BRL - TJLP		245			54 bps	(1)	5	10	(5)	(10)					
BRL - TR		491			0 bps		1	2	(1)	(2)					
USD - LIBOR / SOFR		3.963	850	USD	-13 bps	(13)	3	6	(3)	(6)		(1)	(1)	1	1
Cupom Dólar			1.554	USD	42 bps	6	(116)	(232)	116	232					
Preço de commodities															
Zinco			235	ton	-4,17%	68	81	161	(81)	(161)	(50)	(59)	(118)	59	118

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas, pois a análise realizada contemplou todas as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

(ii) Há empréstimos e financiamentos em USD que foram designados como instrumento de *hedge accounting* (Nota 6.1 (a) (ii)).

Legenda:

BRL – Moeda nacional (real)	IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	SOFR – Secured Overnight Funding Rate	USD – Dólar americano
CDI – Certificado de Depósito Interbancário	LIBOR – London Interbank Offered Rate	TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo	
EUR – Moeda da União Europeia (euro)	PEN – Novo sol peruano	TR – Taxa referencial	

7. Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2024 | Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes	11	3.272	2.792
Partes relacionadas	15	188	234
Instrumentos financeiros - ações	13 (a)	4.492	4.348
		7.952	7.374
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9	14.799	11.780
Aplicações financeiras	10	3.485	4.071
Instrumentos financeiros derivativos		1.007	837
		19.291	16.688
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros - ações	13 (b)	2.040	1.570
Instrumentos financeiros derivativos		80	280
		2.120	1.850
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	19 (a)	29.704	23.188
Fornecedores		8.139	6.935
Arrendamento	20 (b)	2.368	1.118
Partes relacionadas	15	94	115
Risco sacado a pagar	21	3.329	2.942
Uso do bem público - UBP	24	1.802	1.787
		45.436	36.085
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	19 (a)	808	1.930
Instrumentos financeiros derivativos		589	386
Contratos futuros de energia		722	871
		2.119	3.187
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos		1.114	708
		1.114	708

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

8. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de *rating* (S&P Global Ratings, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P Global Ratings e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas políticas financeiras.

	2024			2023		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	5.828		5.828	5.240	686	5.926
AA+	361		361	2		2
AA		1.809	1.809	325		325
AA-	108	284	392		493	493
A+		1.336	1.336		1.412	1.412
A	51	462	513		1.003	1.003
A-		1.817	1.817		677	677
BBB+		6	6		109	109
BBB		12	12		447	447
BBB-					8	8
BB					7	7
B+					37	37
B-					23	23
CCC					3	3
CCC-					100	100
Sem <i>rating</i> (i)	74	2.651	2.725	10	1.198	1.208
	6.422	8.377	14.799	5.577	6.203	11.780
Aplicações financeiras						
AAA	1.803		1.803	1.670		1.670
AA+	15		15	13		13
AA				8		8
A+					12	12
A					18	18
Sem <i>rating</i> (ii)	2	1.665	1.667	2	2.348	2.350
	1.820	1.665	3.485	1.693	2.378	4.071
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	1.040		1.040	1.117		1.117
AA+	15		15			
A+		3	3			
A-		24	24			
A		5	5			
	1.055	32	1.087	1.117		1.117
	9.297	10.074	19.371	8.387	8.581	16.968

(i) Referem-se a valores aplicados que não possuem classificação nas agências de *rating*.

(ii) Referem-se a valores aplicados em ativos líquidos negociados no exterior que não possuem classificação nas agências de *rating*.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

	2024	2023
Moeda nacional		
Caixa e bancos	97	58
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.522	2.437
Operações compromissadas - títulos públicos	1.834	1.929
Operações compromissadas - títulos privados	114	180
	4.567	4.604
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	8.475	5.421
<i>Time deposits</i>	1.743	1.655
Quotas de fundos de investimento	8	95
Outros	6	5
	10.232	7.176
	14.799	11.780

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da Companhia e suas investidas.

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 99,33 % a.a. do CDI (31 de dezembro de 2023 – 93,35% a.a. do CDI).

10. Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*). Há também aplicações que possuem liquidez imediata considerando a destinação prevista dos recursos por Política de Investimentos. Tais aplicações compreendem títulos soberanos e ETFs (*Exchange Traded Funds*) com baixa concentração de risco em ativos específicos, seguindo restrições definidas na Política de Investimentos para resguardar liquidez e mitigar risco de perda de capital.

(a) Composição

	2024	2023
Valor justo por meio do resultado		
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.161	1.225
Operações compromissadas - títulos públicos	436	289
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	177	121
Operações Compromissadas - títulos privados	45	
Notas do Tesouro Nacional - NTNs		26
Outros	1	32
	1.820	1.693
Moeda estrangeira		
Ativos negociados a mercado (i)	1.518	2.301
<i>Time deposits</i>		31
Quotas de fundos de investimento	147	46
	1.665	2.378
	3.485	4.071
Circulante	3.338	4.070
Não circulante	147	1
	3.485	4.071

(i) Saldo refere-se a ativos negociados a mercado, sendo investimentos com baixa concentração de risco em ativos específicos.

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras em moeda local foi de 98,79% a.a. do CDI. (31 de dezembro de 2023 – 100,20% a.a. do CDI).

11. Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

(a) Composição

	Nota	2024	2023
Cientes brasileiros		1.230	1.097
Cientes fora do Brasil		2.113	1.756
Partes relacionadas	15	49	107
		3.392	2.960
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com clientes brasileiros		(87)	(93)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com clientes fora do Brasil		(33)	(49)
		(120)	(142)
		3.272	2.818
Circulante		3.246	2.792
Não circulante		26	26
		3.272	2.818

(b) Composição por moeda

	2024	2023
Real	1.417	1.274
Dólar norte-americano	920	800
Euro	382	288
Lira turca	256	247
Peso argentino	135	64
Peso uruguaio	75	64
Dirham marroquino	1	34
Outras	86	47
	3.272	2.818

(c) Movimentação para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(142)	(154)
Reversões (adições) líquidas	(18)	(38)
Contas a receber de clientes baixados como incobráveis	42	29
Reclassificação para ativos mantidos para venda	6	
Efeito de controladas incluídas e excluídas na consolidação		3
Variação cambial	(8)	18
Saldo no final do exercício	(120)	(142)

(d) Vencimento

	2024	2023
A vencer	3.027	2.529
Vencidos até 3 meses	260	256
Vencidos entre 3 e 6 meses	13	22
Vencidos há mais de 6 meses	92	153
	3.392	2.960

12. Estoques

Política contábil

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). As matérias-primas provenientes de ativos biológicos (Ex: Árvores de uma plantação, plantas, árvores frutíferas, gado etc.), são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques.

As controladas, pelo menos uma vez ao ano, realizam o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados em rubrica de “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”.

A provisão para perdas em estoque refere-se, substancialmente, a materiais obsoletos e de baixo giro.

(a) Composição

	2024	2023
Produtos semiacabados	3.255	2.632
Materiais auxiliares e de consumo	2.139	1.791
Matérias-primas	1.930	1.793
Produtos acabados	1.707	1.138
Importações em andamento	150	366
Outros	469	458
Estimativa de perdas de estoques	(576)	(483)
	9.074	7.695

(b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

	2024						2023	
	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício	(31)	(37)	(8)	(209)	(123)	(75)	(483)	(783)
Adição	(78)	(62)	(18)	(119)	(137)	(2)	(416)	(558)
Reversão	50	34	9	80	119	2	294	788
Baixa	10	(6)		18	45		67	15
Variação cambial	(6)	(3)	(1)	(51)	29	(21)	(53)	51
Aquisição de subsidiárias				22	(87)	80	15	4
Saldo no final do exercício	(55)	(74)	(18)	(259)	(154)	(16)	(576)	(483)

13. Instrumentos financeiros – ações

Política contábil

A Companhia detém participações em ações de empresas, e seguindo seu modelo de negócios são classificados como instrumentos financeiros.

(a) Custo amortizado

Em 2018, a Companhia passou a deter participação minoritária de 15% do negócio aços longos combinados da ArcelorMittal Brasil S.A. (“AMB”). Em atendimento às regras contábeis, o investimento foi reconhecido como instrumento financeiro avaliado a valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Em 30 de março de 2022, a Companhia exerceu a opção de venda em relação à participação e o tema está em definição nos termos do contrato. Com esta decisão, o instrumento financeiro passou a ser mensurado ao custo amortizado, e o valor justo na data da reclassificação foi considerado como valor contábil bruto.

	2024	2023
Instrumento financeiro - <i>put option</i>	4.492	4.348

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliou a expectativa de recebimento deste instrumento financeiro, reclassificando o saldo para o curto prazo.

(b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo resultado

O valor de instrumentos financeiros refere-se substancialmente à parcela de ações detidas pela Companhia e pelas controladas diretas e indiretas Janssen Capital B.V., Nexa Resources S.A. e Altre Real Estate Investments LLC, no montante total de R\$ 2.040 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.505).

14. Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2024	2023
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	904	1.196
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	809	905
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	534	507
Programa de Integração Social - PIS	124	121
ICMS sobre ativo imobilizado	122	145
Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior) - IVA	110	102
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43	87
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	32	33
Crédito previdenciário	2	26
Outros	195	162
	2.875	3.284
Circulante	1.173	1.364
Não circulante	1.702	1.920
	2.875	3.284

15. Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas investidas. No curso normal das operações, é realizado contratos com partes relacionadas (controlada, *joint ventures* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

	Coligadas		Controladora		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa					269	131			269	131
Instrumentos financeiros derivativos					4	7			4	7
Contas a receber de clientes	49	106					1		49	107
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	27	42			82	206	54	45	163	293
	76	148			355	344	54	46	485	538
Não circulante										
Instrumentos financeiros derivativos					12	50			12	50
Demais ativos	56	164			132	70			188	234
	56	164			144	120			200	284
	132	312			499	464	54	46	685	822
Passivo										
Circulante										
Instrumentos financeiros derivativos					9	4			9	4
Fornecedores	237	340					6	5	243	345
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	23	216	485					241	508
	262	363	216	485	9	4	6	5	493	857
Não circulante										
Instrumentos financeiros derivativos					41	12			41	12
Demais passivos	67	92					27	23	94	115
	67	92			41	12	27	23	135	127
	329	455	216	485	50	16	33	28	628	984
Resultado										
Vendas					700	881	7	3	707	884
Compras					2.003	2.175			2.003	2.175
Resultado financeiro					(2)	(19)			(2)	(19)
					2.701	3.037	7	3	2.708	3.040

16. Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint ventures*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha).

(i) *Impairment de investimentos*

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia e suas controladas utilizam critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(a) Composição

	Informações em 31/12/2024			Resultado da equivalência		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%) (i)	2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas							
CCR S.A.	13.609	1.249	10,33	129	176	1.406	1.287
Cementos Avellaneda S.A.	2.077	148	49,00	72	(2)	1.018	457
Cementos Especiales de las Islas S.A.	270	51	49,89	25	25	135	109
Enercan - Campos Novos Energia S.A.	770	508	31,97	243	250	369	443
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.		7		2	2		4
Supermix Concreto S.A.		149		37	21		110
Outros				7	(79)	101	103
Controladas em conjunto (Joint ventures)							
Auren Energia S.A.	13.202	251	38,66	175	(119)	3.986	3.586
Banco Votorantim S.A. (ii)	12.875	1.126	50,00	563	557	6.933	6.968
Citrosuco GmbH	9.891	1.298	50,00	649	222	4.946	3.276
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	486	(134)	44,96	(63)	(5)	219	230
Floen S.A.	7	(2)	50,00	(1)	(6)	4	5
Hutton Transport Limited	125	49	20,75	10	8	26	19
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	(7)	(39)	44,94	(17)	(17)	(3)	(5)
Midway Group, LLC	103	24	41,50	10	15	43	37
RMC Leasing LLC	36	6	41,50	3	1	15	19
Grundy-River Holdings LLC	123	35	41,50	15	1	51	29
				1.859	1.050	19.249	16.677
Mais valia							
Auren Energia S.A.				(86)	(4)	1.085	1.082
CCR S.A.				(71)	(34)	868	939
Citrosuco GmbH				(49)	(45)	824	688
Citrosuco S.A. Agroindústria				(2)	(2)	54	57
				1.651	965	22.080	19.443
Ágios							
CCR S.A.						553	553
Cementos Avellaneda S.A.						266	65
Citrosuco GmbH						180	141
Citrosuco S.A. Agroindústria						194	194
Enercan - Campos Novos Energia S.A.						79	79
Hutton Transport Limited						13	10
Grundy-River Holdings LLC						2	2
				1.651	965	23.367	20.487
Obrigações a pagar com investidas							
Citrosuco S.A. Agroindústria				(569)	(225)	(2.151)	(1.081)
				(569)	(225)	(2.151)	(1.081)

(i) Para algumas investidas o percentual votante não refletirá o saldo de investimento, devido as participações intermediárias de subsidiárias da Companhia.
 (ii) O investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 495).

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2024:

	% Participação total votante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas										
CCR S.A.		4.414	16.178	850	6.133	13.609	60	(287)	(326)	1.249
Enercan - Campos Novos Energia S.A.	49,81	394	886	302	208	770	1.051	776	13	508
Cementos Avellaneda S.A.	10,33	767	2.719	708	701	2.077	2.509	334	(60)	147
Cementos Especiales de las Islas S.A.	49,00	195	138	52	11	270	459	62	(2)	51
Controladas em conjunto (Joint ventures)										
Auren Energia S.A.		2.493	20.974	309	9.956	13.203		(135)	(125)	251
Banco Votorantim S.A.	38,66	4.459	136.447	127.961		12.945	7.205	850		1.113
Citrosuco GmbH	50,00	6.212	5.320	1.143	452	9.937	8.007	1.211	275	1.342
Citrosuco S.A. Agroindústria	50,00	5.409	5.988	5.951	9.747	(4.302)	6.448	(108)	(767)	(1.137)
Dboat I Fundo de Inv. em Partic. Multiestratégia	50,00	10	485	10		487	(154)	(164)	30	(134)
Floen S.A.	44,96	8				8		(3)	1	(2)
Grundy-River Holdings LLC	50,00	56	62	17	1	101	214	29	(62)	29
Hutton Transport Limited	41,50	44	78	8	10	104	151	41		41
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	20,75	56	5	67		(7)	125	(38)	4	(39)
Midway Group, LLC.	44,94	44	52	11		85	208	20	(124)	20
RMC Leasing LLC	41,50	10	21			30	5			5

(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	20.487	21.120
Equivalência patrimonial	1.651	965
Varição cambial de investimentos no exterior	2.137	(630)
Aumento de capital	351	500
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.160)	(1.671)
Reclassificação para instrumentos financeiros - ações	(145)	
Hedge de fluxo de caixa	16	(54)
Reclassificação para ativos mantidos para venda		(102)
Outros	30	359
Saldo no final do exercício	23.367	20.487
Obrigações a pagar com investidas	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.081	963
Equivalência patrimonial	569	225
Varição cambial de investimentos no exterior	362	(85)
Hedge de fluxo de caixa	139	(22)
Saldo no final do exercício	2.151	1.081

17. Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

(i) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

	2024									2023	
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	1.958	17.914	48.359	2.074	281	6.091	1.191	1.014	864	79.746	78.729
Depreciação acumulada	(101)	(8.459)	(31.522)	(1.460)	(235)		(699)	(520)	(309)	(43.305)	(42.844)
Saldo líquido	1.857	9.455	16.837	614	46	6.091	492	494	555	36.441	35.885
Adições	4	33	38	3	3	5.387	276		7	5.751	5.050
Baixas	(27)	(11)	(106)	(2)		(92)		(2)		(240)	(94)
Depreciação	(11)	(805)	(2.203)	(170)	(10)		(34)	(45)	(12)	(3.290)	(3.000)
Variação cambial	203	903	1.597	121	5	549	13	37	429	3.857	(1.060)
Efeito de controladas incluídas/excluídas da consolidação		93	50	2			(14)	(2)	(6)	123	(86)
Reversão de <i>impairment</i>											120
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	1	25	(52)	1	(1)	(42)	30			(38)	(337)
Reavaliação do fluxo de caixa					1		(92)			(91)	114
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(52)	(87)	(481)	(2)		(99)	(7)			(728)	(134)
Transferências (i)(ii)	76	1.736	3.195	241	11	(5.353)		42	20	(32)	(17)
Saldo no final do exercício	2.051	11.342	18.875	808	55	6.441	664	524	993	41.753	36.441
Custo	2.350	21.807	54.236	2.683	323	6.441	1.418	984	1.484	91.726	79.746
Depreciação acumulada	(299)	(10.465)	(35.361)	(1.875)	(268)		(754)	(460)	(491)	(49.973)	(43.305)
Saldo no final do exercício	2.051	11.342	18.875	808	55	6.441	664	524	993	41.753	36.441
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	4	9	20	10		5	9			

(i) Refere-se principalmente à aquisição de negócio de concreto nos EUA pela controlada indireta Superior Materials Holdings, LLC com contraprestação total de R\$ 13, sendo R\$ 8 dos ativos líquidos adquiridos alocados no imobilizado e R\$ 4 no intangível (Nota 18).

(ii) Representados pelas transferências de Obras em andamento para as respectivas classes de ativo imobilizado no momento da entrada em operação dos projetos, os principais foram o Filtro Prensa, no montante de R\$ 421, e Reforma de Fornos, no montante de R\$ 198.

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Segmento	2024	2023
Votorantim Cimentos S.A.	3.208	2.618
Nexa Resources S.A.	1.943	2.157
Companhia Brasileira de Alumínio	1.007	1.169
Acerbrag S.A.	157	24
Outros	126	123
	6.441	6.091
Nexa Resources	2024	2023
<i>Sustaining</i>	1.088	1.637
Projetos de expansão e modernização	575	269
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	138	195
Outros	142	56
	1.943	2.157
Votorantim Cimentos	2024	2023
<i>Sustaining</i>	1.295	1.024
Modernização industrial	1.014	956
Expansão	454	44
Meio ambiente e segurança	329	271
Outros	116	323
	3.208	2.618
CBA	2024	2023
Projetos Salas Fornos	403	335
Projetos Fábrica Alumina	192	49
Expansão	89	106
Projetos Sustaining (GAF)	42	
Filtro prensa	41	337
Projetos de fundição	25	13
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	23	17
Projetos de transformação plástica	23	103
Projeto Rondon bauxita	22	18
Projetos minerações	18	24
Outros	129	167
	1.007	1.169
Acerbrag	2024	2023
<i>Sustaining</i>	86	19
Expansão	34	
Modernização industrial	22	
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente	6	3
Outros	9	2
	157	24

18. Intangível

Política contábil

(i) **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) **Direitos sobre recursos naturais**

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas, a manutenção para aumentar o acesso ao minério e os direitos adquiridos relativos à exploração de recursos eólicos são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas no caso de direitos de exploração de minas.

Após o início da fase produtiva da mina ou da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais e parques eólicos é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

(iii) **Softwares**

Os custos associados à manutenção de *softwares* são amortizados durante sua vida útil.

(iv) **Uso do bem público - UBP**

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de

concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada.

(a) Composição e movimentação

										2024	2023
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Obrigação para desmobilização de ativos	Uso do bem público - UBP	Contratos, relação com clientes e acordos	Repactuação do risco hidrológico	Software	Intangível em andamento	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	13.552	5.073	546	768	623	341	956	241	1.178	23.278	25.516
Amortização e exaustão acumulada	(8.055)		(279)	(316)	(422)	(65)	(769)		(529)	(10.435)	(10.978)
Saldo líquido	5.497	5.073	267	452	201	276	187	241	649	12.843	14.538
Adições	18	21	1				48	452	1	541	239
Baixas		(11)					(1)	(2)	(444)	(458)	(84)
Amortização e exaustão	(663)		(42)	(25)	(20)	(26)	(92)		(16)	(884)	(698)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(26)	(414)					(2)		(21)	(463)	
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	57								159	216	(316)
Variação cambial	1.075	1.444	27		51		26	12	94	2.729	(815)
Efeito de controladas excluídas na consolidação											(25)
Reavaliação do fluxo de caixa			75							75	(13)
Transferências (i)	325						134	(427)		32	17
Saldo no final do exercício	6.283	6.113	328	427	232	250	300	276	422	14.631	12.843
Custo	16.795	6.113	696	806	785	341	1.231	276	969	28.012	23.278
Amortização e exaustão acumulada	(10.512)		(368)	(379)	(553)	(91)	(931)		(547)	(13.381)	(10.435)
Saldo no final do exercício	6.283	6.113	328	427	232	250	300	276	422	14.631	12.843
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	6		5	7	7	3	20				

(i) As transferências incluem a reclassificação de "Obras em andamento" no grupo do imobilizado para "Software", "Direitos de exploração sobre recursos naturais" e "Outros" no grupo do intangível.

(b) Ágio decorrente de aquisições

Política contábil

A Companhia e suas controladas utilizam o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

19. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (iii)	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional									
Debêntures	CDI + 1,29% / IPCA + 4,78% / 11,51% Pré BRL	98	56	6.294	4.579	6.392	4.635	6.220	4.649
BNDES	IPCA + 5,69% / 2,11% Pré BRL / SELIC + 3,10% / TJLP + 2,82%	160	163	1.109	1.069	1.269	1.232	1.119	1.110
Notas de crédito exportação (i)	CDI + 1,79%	3	13	921	751	924	764	896	772
Plano empresário	3,30% TR			428	229	428	229	533	308
Agência de fomento	IPCA + 1,54% / TJLP - 0,43% / TR 3,80%	25	12	257	204	282	216	238	183
Outros	7,64% Pré BRL / CDI + 1,38%	19	16	30	23	49	39	42	37
		305	260	9.039	6.855	9.344	7.115	9.048	7.059
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	6,39% Pré USD	199	169	12.585	9.696	12.784	9.865	12.938	10.165
Nota de crédito exportação	6,35% Pré USD / SOFR 2,40% / SOFR TERM 2,53%	54	489	3.355	2.341	3.409	2.830	2.842	2.652
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	1,64% Pré EUR / 3,95% Pré BOB / 10,45% Pré UYU / SOFR TERM 0,95% / 1,61% EURIBOR / Pré TRY 54,00%	71	59	1.472	911	1.543	970	1.479	976
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (ii)	2,87% Pré USD	3	18	805	1.912	808	1.930	767	1.962
Agência de fomento	SOFR TERM 1,40%	26	17	901	716	927	733	901	733
Nota de crédito exportação (pré-pagamento)	SOFR TERM 3,19%	42	26	753	718	795	744	760	734
Eurobonds - BOB	5,46% Pré BOB	68	33	359	332	427	365	343	325
BNDES	4,95% Pré USD	9	4	127	138	136	142	69	213
Outros	8,28% Pré USD / 6,73% Pré EUR / SOFR TERM 2,57%	31	35	308	389	339	424	332	1.016
		503	850	20.665	17.153	21.168	18.003	20.431	18.776
		808	1.110	29.704	24.008	30.512	25.118	29.479	25.835
Parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures captados a longo prazo		269	696						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		468	383						
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados a curto prazo		71	31						
		808	1.110						

(i) Alguns contratos de empréstimo na modalidade de Nota de Crédito à Exportação possuem contratos de *swap* atrelados (instrumento financeiro derivativo), que visam a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, com a troca de moeda em real para dólar.

(ii) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR (*benchmark* foi alterado para SOFR durante o exercício de 2023 (Nota 19(i))) e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real.

(iii) A Companhia e suas controladas utilizam como referência a taxa de risco de crédito individual da Companhia e de suas controladas. O valor justo dos *bonds* foram calculados utilizando como referência preços unitários divulgados no mercado secundário.

Legenda:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRL – Moeda nacional (real)
BOB – Peso boliviano
CDI – Certificado de Depósito Interbancário
EUR – Moeda da União Europeia (euro)
EURIBOR – European Interbank Offered Rate (Europa)
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SOFR – Secured Overnight Financing Rate

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES
TR – Taxa referencial
TRY – Lira turca
USD – Dólar americano
UYU – Peso uruguaio

(b) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	25.118	22.870
Captações	9.541	5.186
Provisão de juros	1.838	1.696
Adições de custos de captação, líquidas das amortizações	(14)	(34)
Ajuste a valor justo	(152)	31
Variação cambial e monetária	5.100	(1.183)
Juros pagos	(1.801)	(1.648)
Amortizações	(9.539)	(1.772)
Ajuste por meio de outros resultados abrangentes (i)	434	(131)
(Ganho) perda na renegociação de dívidas	(13)	103
Saldo no final do exercício	30.512	25.118

(i) Refere-se ao valor da curva dos instrumentos financeiros combinados designados como *hedge accounting*.

(c) Captações e amortizações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

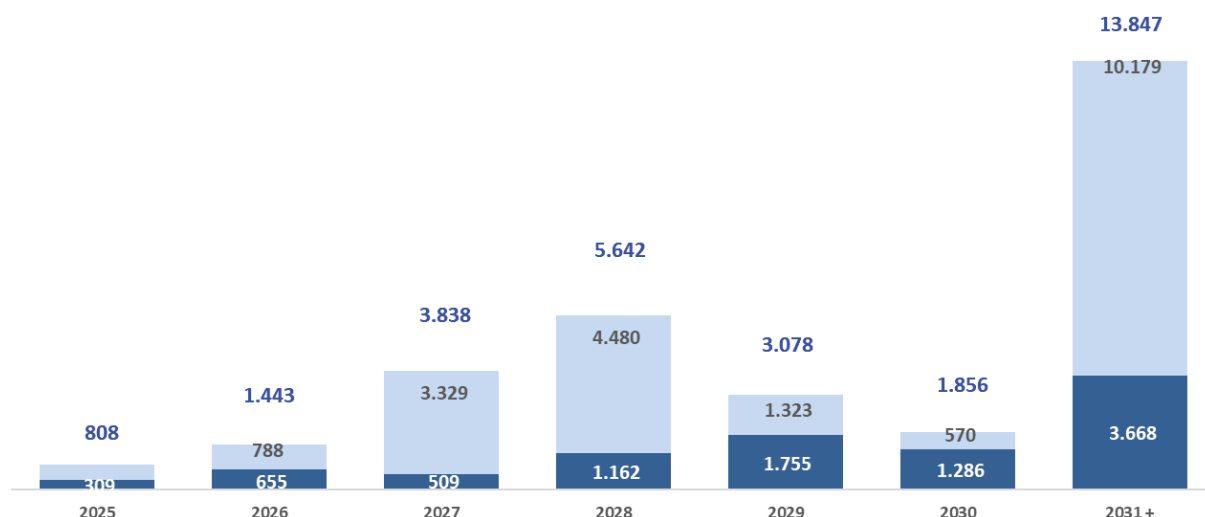
As principais captações e amortizações efetuadas no exercício foram as seguintes:

Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Custo
jan-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	CAD	20	73	2027	CDOR+0.95%
jan-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	85	418	2027	SOFRTERM3M+0.95%
fev-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	30	148	2027	SOFRTERM3M+0.95%
mar-24	Nexa Recursos Minerais S.A.	Capital de Giro EUR	EUR	28	150	2024	Fixed+5,6%
mar-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	CAD	25	93	2027	CDOR+0.95%
mar-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	30	150	2027	SOFRTERM3M+0.95%
abr-24	St Marys Cement Inc.	Eurobonds	USD	500	2.524	2034	Fixed+5,75%
abr-24	Nexa Recursos Minerais S.A.	Debênture-Passivos	BRL	650	650	2030	CDI+150%
abr-24	Nexa Resources	Eurobonds	USD	600	3.005	2034	Fixed+6,75%
mai-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	USD	11	56	2043	PréUSD4,85%
jun-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação	BRL	425	425	2031	CDI+1,61%
jun-24	Nexa Recursos Minerais S.A.	BNDESTLP	BRL	200	200	2032	TLP+1,84%
jul-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	150	825	2027	SOFRTERM3M+0.95%
set-24	Votorantim Cimentos S.A.	Agência de Fomento FINEP	BRL	51	51	2034	TR+3.80%
set-24	Votorantim Cimentos S.A.	Debênture-Passivos	BRL	1.100	1.100	2031	CDI+0.58%

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2024 | Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Amortizações							
Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	PrincipalBRL	Vencimento	
abr-24	Nexa Resources	Eurobonds	USD	(485)	(2.454)	2027	
abr-24	Nexa Resources	Eurobonds	USD	(99)	(515)	2028	
jun-24	Nexa Recursos Minerais S.A.	Capital de Giro EUR	EUR	(28)	(159)	2024	
jul-24	St Marys Cement Inc.	Eurobonds	USD	(229)	(1.240)	2027	
ago-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES Repasse	USD	(30)	(162)	2024	
ago-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação-ME	USD	(30)	(166)	2024	
ago-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	(50)	(280)	2027	
set-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	Pré-Pagamento de Exportação	USD	(25)	(141)	2024	
set-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	(30)	(167)	2027	
set-24	Votorantim Cimentos N/NES.A.	Empréstimos Resolução 4131-MTM	USD	(50)	(280)	2028	
set-24	Votorantim Cimentos S.A.	Empréstimos Resolução 4131-MTM	USD	(100)	(559)	2028	
set-24	Votorantim Cimentos S.A.	Empréstimos Resolução 4131	USD	(50)	(275)	2026	
out-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	USD	(19)	(114)	2043	
out-24	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	(25)	(137)	2027	
nov-24	St Marys Cement Inc	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	(25)	(142)	2027	
dez-24	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de Crédito Exportação	BRL	(252)	(252)	2025	
dez-24	CBA-Companhia Brasileira de Alumínio	EmpréstimosResolução4131	USD	(71)	(428)	2028	

(d) Perfil de vencimento



(e) Composição por moeda

	Circulante		Não circulante		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Dólar americano	341	740	19.392	16.014	19.733	16.754
Real	305	260	9.039	6.855	9.344	7.115
Euro	24	20	679	458	703	478
Boliviano	85	47	495	452	580	499
Dólar canadense	3	3		166	3	169
Outras	50	40	99	63	149	103
	808	1.110	29.704	24.008	30.512	25.118

(f) Composição por indexador

	Circulante		Não circulante		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional						
CDI	111	64	5.342	3.422	5.453	3.486
IPCA	11	16	1.793	1.802	1.804	1.818
TLP	94	92	1.045	928	1.139	1.020
TR			479	230	479	230
TJLP	49	30	194	198	243	228
Taxa pré-fixada	(6)	12	151	203	145	215
SELIC	46	46	35	72	81	118
	305	260	9.039	6.855	9.344	7.115
Moeda estrangeira						
Taxa pré-fixada	409	331	16.482	13.874	16.891	14.205
SOFR	90	516	3.831	2.988	3.921	3.504
EURIBOR	4	3	352	291	356	294
	503	850	20.665	17.153	21.168	18.003
	808	1.110	29.704	24.008	30.512	25.118

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia garantia ou prestava avais para o seguinte saldo de empréstimos e financiamentos:

	2024	2023
Empresa		
Votorantim Cimentos Internacional S.A.	2.074	1.646
Auren Energia S.A.	993	1.195
Companhia Brasileira de Alumínio	163	182
Outros	24	32
	3.254	3.055

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada VCSA possui o montante de R\$ 1.098 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.705) garantido por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária.

(h) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros (*covenants*).

A Companhia atendeu a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

(i) Reforma da LIBOR e de outras taxas interbancárias oferecidas (IBOR)

Certos empréstimos e financiamentos das controladas CBA e VCSA foram impactados pela reforma da LIBOR, sendo que para essas transações (i) os termos contratuais iniciais foram alterados por meio de aditivos para determinar a substituição do *benchmark*, ou (ii) os contratos originais já possuíam previsões de transição a um novo *benchmark*, em ambos os casos aplicáveis a partir de descontinuidade da LIBOR durante o exercício de 2024.

As controladas determinaram que o critério para aplicação do expediente prático descrito nas alterações ao IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi atingido nestes contratos impactados, com isso a substituição do indexador em 2024 não gerou ganho ou uma perda no resultado do exercício.

20. Arrendamento

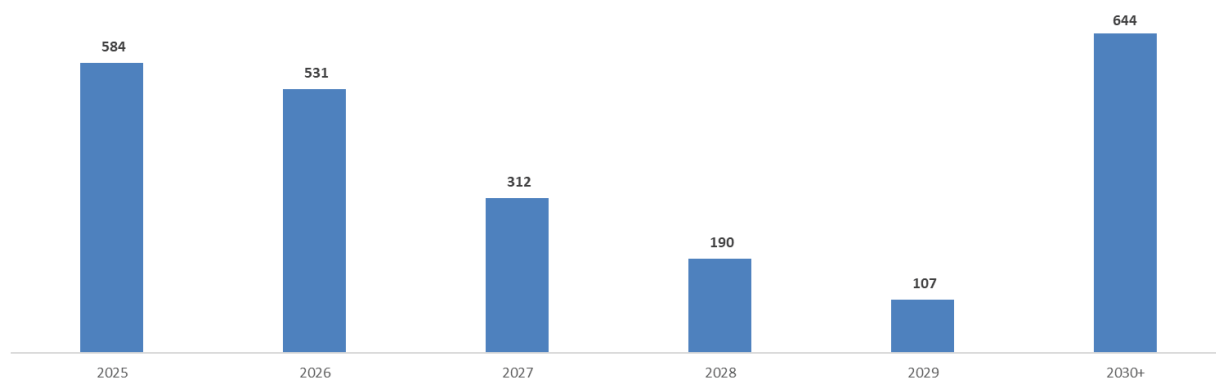
(a) Composição e movimentação do ativo de direitos de uso

	2024						2023	
	Terras e terrenos	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Veículos	Embarcações	Total	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	543	270	570	4	352	794	2.533	2.481
Amortização acumulada	(108)	(188)	(397)	(2)	(295)	(455)	(1.445)	(1.270)
Saldo líquido	435	82	173	2	57	339	1.088	1.211
Novos contratos	110	172	885	4	202	279	1.652	260
Reavaliação de principal		19	3				22	2
Baixas	(8)		(17)		(17)		(42)	
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(4)		(4)		(5)		(13)	
Renegociação de contratos			5				5	
Efeito de controladas excluídas na consolidação								(3)
Variação cambial	113	10	36		12	92	263	(71)
Amortização	(43)	(73)	(313)	(2)	(138)	(160)	(729)	(311)
Saldo no final do exercício	603	210	768	4	111	550	2.246	1.088
Custo	779	439	1.482	7	456	1.316	4.479	2.533
Amortização acumulada	(176)	(229)	(714)	(3)	(345)	(766)	(2.233)	(1.445)
Saldo no final do exercício	603	210	768	4	111	550	2.246	1.088

(b) Movimentação das obrigações de arrendamento

	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.118	1.277
Novos contratos	1.652	260
Ajuste a valor presente	208	54
Variação cambial	270	(84)
Reavaliação de principal	21	6
Renegociação de contratos	5	1
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(8)	
Liquidações	(898)	(396)
Saldo no final do exercício	2.368	1.118
Circulante	584	185
Não circulante	1.784	933
Saldo no final do exercício	2.368	1.118

(c) Perfil de vencimento



21. Risco sacado a pagar

As controladas firmaram convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre suas controladas e o fornecedor.

As controladas, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebem de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis. Quando notificadas, as controladas efetuam o pagamento das duplicatas diretamente as instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos convênios de risco sacado, não são destacados nessa classificação e considerados normalmente na linha de contas a pagar a fornecedores.

Com base nos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, as controladas avaliaram que estas transações não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7, equivalente ao contas a pagar com fornecedores. As controladas avaliaram que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação.

As controladas entendem que a apresentação do valor devido como risco sacado a pagar é relevante para o entendimento da sua posição patrimonial.

As contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas conforme abaixo:

Operações de risco sacado	2024	2023
Mercado interno		
Até 120 dias	177	113
Até 180 dias	432	506
	609	619
Mercado externo		
Até 120 dias	16	39
Até 180 dias	1.794	1.309
Até 360 dias	910	975
	2.720	2.323
	3.329	2.942

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda, e quando aplicável a contribuição social em todos os países em que opera. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findos em 31 de dezembro, apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.060	2.320
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(700)	(789)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Crédito de IR pago no exterior IN 1520/14	572	345
Equivalência patrimonial	368	252
Diferença referente alíquota de empresas no exterior	97	50
Incentivo fiscal	70	66
Adições e exclusões sem constituição de diferido	143	45
Adição de lucro no exterior IN 1520/14	(645)	(435)
Tratamento tributário incerto (i)	(566)	
Acordo celebrado com o CADE	(372)	
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido	(148)	(177)
Juros sobre capital próprio	(139)	37
Ganho na venda de instrumentos financeiros (ações)	(120)	(74)
Variação cambial dos ativos imobilizados sem constituição de diferido	(9)	69
Outras adições e exclusões permanentes líquidas	1	126
IRPJ e CSLL apurados	(1.448)	(485)
Correntes	(1.940)	(1.262)
Diferidos	492	777
IRPJ e CSLL no resultado	(1.448)	(485)
Taxa efetiva - %	70%	21%

(i) Refere-se principalmente a provisão de imposto de renda relacionada à discussão do Acordo de Estabilidade de Cerro Lindo para os anos de 2014 a 2021. A administração da Nexa tomou a decisão, em 2024, de fornecer elementos para que as Autoridades Fiscais segregassem os valores que seriam estabilizados.

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2024	2023
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.019	2.786
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	780	757
Benefício fiscal sobre ágio	513	503
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	465	67
Provisões referentes a processos judiciais	423	440
Arrendamentos	368	117
Crédito Fiscal de Investimento (ITC)	244	177
Obrigação para desmobilização de ativos	240	182
PPR - Provisão de participação no resultado	230	214
Instrumentos financeiros - compromisso firme	217	270
Uso do bem público - UBP	223	188
Estimativa para perdas de estoques	154	120
Ajuste a valor justo - instrumentos financeiros	114	(166)
Passivos ambientais	110	131
Benefícios sociais	94	83
Provisão para encargos de energia	78	74
Créditos de liquidação para perda estimada	75	37
Provisão para obrigações previdenciárias	41	46
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Experimental (SR&ED)	25	21
Deduções – Legislação no Marrocos e Espanha (benefício do governo)	15	13
Ajuste de adoção de novas práticas (CPC)	11	67
Outros créditos	417	29
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	(2.616)	(2.522)
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(2.243)	(1.764)
Mais valia de ativos	(1.632)	(1.520)
Amortização de ágio	(353)	(348)
Arrendamentos	(335)	(131)
Juros capitalizados	(191)	(191)
Diferido sobre ganho por compra vantajosa	(129)	(130)
Repactuação do risco hidrológico	(104)	(109)
Uso do bem público - UBP	(88)	(55)
Ajuste a valor presente	(30)	(35)
Outros débitos	(364)	(341)
Líquido	(229)	(990)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	3.707	2.767
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(3.936)	(3.757)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do período e no resultado abrangente

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(990)	(1.921)
Efeito no resultado do exercício - operações continuadas	504	777
Efeito em outros componentes do resultado abrangente	257	154
Saldo no final do exercício	(229)	(990)

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2024	Percentual
Em 2025	702	23%
Em 2026	419	14%
Em 2027	330	11%
2028 em diante	1.568	52%
	3.019	100%

23. Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face aos potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da relevância do processo, a Companhia e suas controladas considerem sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (incluindo eventuais honorários advocatícios), a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do

dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(ii) Obrigação com desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente nos custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia e suas controladas consideram as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(iii) Obrigação para passivos ambientais

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia e suas controladas que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado.

(a) Composição e movimentação

	2024					2023	
	Obrigação para desmobilização de ativos	Processos judiciais				Total	Total
		Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras		
Saldo no início do exercício	2.068	850	352	284	135	3.689	3.719
Adições	510	98	140	44	19	811	325
Reversões		(92)	(115)	(105)	(28)	(340)	(176)
Liquidações com depósitos judiciais			(1)			(1)	(24)
Reversão de atualização monetária		(77)	(52)	(30)	(6)	(165)	
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		11	13	2		26	62
Liquidações com efeito caixa	(256)	(53)	(57)	(14)	(9)	(389)	(367)
Liquidações atualização monetária		(12)	(18)	(12)		(42)	
Ajuste a valor presente	196					196	187
Atualização monetária, líquida das reversões	(12)	111	69	43	3	214	65
Transferências		48	(49)			(1)	(2)
Variação cambial	218	3	3	2	22	248	(73)
Reclassificação para passivos relacionados à ativos mantidos para venda	(128)					(128)	
Reavaliação de fluxo de caixa	(154)					(154)	(27)
Saldo no final do exercício	2.442	887	285	214	136	3.964	3.689
Circulante	290	30	113	48	17	498	264
Não circulante	2.152	857	172	166	119	3.466	3.425
	2.442	887	285	214	136	3.964	3.689

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2024				2023			
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)
Tributárias	(150)	1.037	887	747	(160)	1.010	850	292
Trabalhistas	(54)	339	285	25	(70)	422	352	34
Cíveis	(10)	224	214	4	(12)	296	284	4
Outras	(1)	137	136	22	(1)	136	135	22
	(215)	1.737	1.522	798	(243)	1.864	1.621	352

(i) A Companhia e suas controladas possuem saldos depositados em processos classificados pela Administração, seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas como de perda remota ou possível, portanto, sem a respectiva provisão.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2024	2023
Tributárias	14.736	14.694
Cíveis	7.923	9.933
Ambientais	733	685
Trabalhistas e previdenciárias	266	507
	23.658	25.819

(c.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível

Os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada, são demonstrados e comentados abaixo de acordo com a análise de relevância:

Natureza	2024	2023
Auto de infração - IRPJ/CSLL (i)	1.831	1.938
IRPJ/CSLL - ganho de capital (ii)	1.532	
IRPJ/CSLL - Lucros no exterior (iii)	1.066	1.958
ICMS neutralidade (iv)	700	697
Glosa de créditos de PIS/COFINS (v)	879	1.306
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (vi)	481	662
Glosa de saldo negativo IRPJ/CSLL (vii)	568	308
Auto de infração - ICMS (viii)	164	155
ICMS sobre encargos de energia elétrica (ix)	213	369
IRPJ/CSLL - Preços de transferência (x)	55	67
Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto à destinação do bem (xi)	91	90
Demais processos	7.156	7.144
	14.736	14.694

(i) IRPJ/CSLL: auto de infração

Em dezembro de 2016, a controlada VCSA e suas investidas foram autuadas pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a controlada VCSA tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a controlada VCSA. A PGFN interpôs Recurso Especial que foi parcialmente admitido, logo após, a controlada VCSA apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN, bem como apresentou Recurso Especial contra a parte julgada de forma desfavorável pelo CARF. No momento a controlada VCSA aguarda o julgamento dos Recursos Especiais pela Câmara Superior do CARF. Em julho de 2024 o Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, levando a uma redução do valor autuado e reclassificação substancial de parte do montante que estava classificado como possível e passou a ser remoto. Atualmente aguardamos a intimação do acordo. Em novembro de 2024 foi expedida intimação do resultado de julgamento.

Em dezembro de 2024 foi ajuizada ação cautelar objetivando suspender a exigibilidade do débito (classificada como "não gera contingência") até o efetivo ajuizamento da respectiva execução fiscal, onde será discutido o valor remanescente. Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado da contingência é de R\$ 423 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 672), sendo que R\$ 78 está avaliado como provável e possui provisão constituída, o montante de R\$ 16 está avaliado como possível e o restante como remoto totalizando a quantia de R\$ 329.

Em dezembro de 2017, a controlada VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.294, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela controlada VCSA; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a controlada VCSA tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação. No momento aguarda o julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Recurso voluntário foi julgado desfavoravelmente a controlada VCSA. Aguarda-se intimação das partes sobre o resultado do julgamento. Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.815 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.712).

(ii) IRPJ/CSLL: ganho de capital

Em dezembro de 2024, foram lavrados dois autos de infração pela Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$ 1.532, em face da Companhia, relativo ao ano-base 2019, para exigência de IRPJ e de CSLL sobre o suposto ganho de capital da Companhia em operação societária de incorporação de ações. Em janeiro de 2025 foi apresentada impugnação que aguarda julgamento.

(iii) IRPJ/CSLL: lucros auferidos no exterior

A Companhia e suas controladas possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas.

Em 2024 a empresa obteve êxito integral de uma das discussões, bem como obteve decisão parcial em dois casos, o que permitiu o pagamento de um dos casos com descontos de multa e juros, de acordo com a Lei 14.689/2023, e a discussão de outro caso no poder judiciário com a exclusão da multa, resultando em uma redução do passivo de R\$ 889.

Os autos de infração totalizam, em 31 de dezembro de 2024, o montante R\$ 1.066.

(iv) ICMS: neutralidade

Entre os anos de 2011 e 2013 foram lavrados sete autos de infração e imposição de multa em face de sua controlada Citrovita Agro Industrial Ltda. ("CAI"), visando, principalmente, à cobrança do ICMS creditado, conforme destacado em notas fiscais de transferência de outras filiais, com o fim específico de exportação, cujas saídas não são tributadas. Nos últimos anos houve o encerramento favorável de dois casos e, em 31 de dezembro de 2024, os autos de infração que remanescem em discussão totalizam o montante de R\$ 700.

(v) PIS/COFINS: glosa de créditos

A controlada CBA, a qual possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 827. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa.

A Receita Federal do Brasil emitiu 2 (dois) despachos decisórios contra a controlada indireta VCNNE, os quais somados compreendem o montante atualizado de R\$ 139 em 31 de dezembro de 2024, decorrentes do não reconhecimento de créditos compensados referentes ao julgamento favorável da tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O mérito dos 2 (dois) despachos decisórios é classificado como perda "possível" pelos assessores legais da Companhia.

Com relação a esses 2 (dois) processos, 1 (um) deles aguarda o julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentado pela Companhia e o outro a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente favorável, para determinar a remessa do processo à origem para prolação de um novo despacho decisório.

Vale informar que a controlada VCSA também recebeu um despacho decisório no montante atualizado de R\$ 520 em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 479), decorrentes do não reconhecimento de créditos compensados referentes ao julgamento favorável da tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Este caso era reportado nas demonstrações financeiras anteriores como perda "possível", entretanto, a controlada VCSA recebeu em 31 de janeiro de 2025 a intimação do despacho decisório sobre o provimento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que determinou o retorno dos autos para a origem, para que a Delegacia da Receita Federal analise a suficiência do crédito. Portanto, este caso passará a ser reportado como perda "remota" até posterior evento processual relevante.

Além dos 3 (três) processos administrativos acima destacados, a controlada VCSA também discute a glosa parcial de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS em 4 (quatro) processos de Execução Fiscal, os quais totalizam um montante atualizado de R\$ 248 em 31 de dezembro de 2024, também classificado como perda “possível” pelos assessores legais da controlada VCSA e divulgados como passivos contingentes a partir de 2024. Desses processos, 3 (três) aguardam os julgamentos dos Embargos à Execução apresentados pela controlada VCSA e 1 (um) aguarda a abertura de prazo para a oposição dos Embargos à Execução Fiscal.

(vi) CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

As controladas Nexa BR, CBA e VCSA possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – “DNPM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2016. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de perda possível perfaz a quantia de R\$ 481.

(vii) IRPJ/CSLL: glosa de saldo negativo

A Companhia e suas controladas receberam despachos decisórios relativos à glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos totaliza a quantia de R\$ 568, em 31 de dezembro de 2024.

No mesmo ano, três casos foram encerrados de forma favorável, totalizando R\$ 24 de valor envolvido.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) quando da apreciação dos valores apresentados pela Companhia e suas controladas, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

(viii) ICMS: operação societária

No quarto trimestre de 2016 a controlada CAI recebeu um auto de infração cujo valor até 31 de dezembro de 2021 perfazia o montante de R\$ 180. Em 2022 houve decisão favorável quanto à redução de um item do auto de infração, de modo que o valor do débito foi reduzido para R\$ 140. Em 2023 o processo se encerrou na esfera administrativa e iniciou na judicial, restando o valor de R\$ 164 em discussão, em 31 de dezembro de 2024.

(ix) ICMS: sobre encargos de energia elétrica

A controlada CBA possui discussões judiciais no que se refere à incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2024, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R\$ 213, sendo R\$ 137 referente à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”), e R\$ 75 aos encargos setoriais denominados PROINFA, Conta de Consumo de Combustíveis Sistema Isolado (“CCC”) e Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”).

Em 13 de março de 2024, o STJ (“Superior Tribunal de Justiça”) julgou favorável à inclusão da TUST e TUSD na base de cálculo do ICMS, foi definido também que haverá a modulação dos efeitos da decisão, sendo que, inicialmente, os critérios definidos não são exaustivos.

Após a publicação do acórdão pelo STJ, foram apresentados embargos de declaração pelas partes visando que o momento inicial para aplicação da modulação seja postergado para a data de publicação do acórdão, que ocorreu em 29 de maio de 2024. Em 23 de agosto de 2024 o STJ julgou improcedente os embargos de declaração opostos pela parte.

Diante da jurisprudência firmada, em outubro de 2024, a Companhia realizou a inclusão para pagamento da Certidão de Dívida Ativa (CDA), referente a discussão de ICMS sobre a TUSD em Niquelândia ao Negociação Já, Programa de Anistia do Estado de Goiás, com redução de multas e juros em até 99%. Dessa maneira, o valor pago totalizou R\$ 5 em virtude dos descontos concedidos.

Os demais processos os quais a Companhia discute judicialmente a legalidade das cobranças efetuadas são anteriores a março de 2017, decorrentes de processos administrativos, discutem outros encargos setoriais que não foram objeto da decisão proferida, bem como possuem elementos particulares que não foram analisados no âmbito do STJ. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os processos permanecem com a probabilidade de risco de perda possível.

(x) IRPJ/CSLL: preço de transferência

Entre os anos de 2007 e 2010 foram lavrados três autos de infração em face de sua controlada CAI visando à cobrança de IRPJ e CSLL e o ajuste na base de prejuízo fiscal e na base negativa da CSLL, em virtude de glosas perpetradas nos ajustes realizados pela empresa na realização dos cálculos dos preços de transferência, nos exercícios de 2003 e 2004. Em outubro de 2018, um dos casos foi encerrado de forma favorável à CAI, restando dois processos no montante de R\$ 211, atualizado até 31 de dezembro de 2022. Em 2022, um dos processos migrou para discussão na via judicial e o restou no aguardo do julgamento de recurso pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Em 2023, o processo na esfera judicial seguiu aguardando julgamento, já o administrativo teve decisão favorável que reduziu a discussão de R\$ 169 para R\$ 13. O valor remanescente foi objeto de adesão do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) para pagamento com desconto de juros e multa, cujo homologação já foi confirmada pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2024 o valor discutido totaliza R\$ 55.

(xi) ICMS: cobrança em razão de divergências quanto à destinação do bem

A controlada CBA foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas autuações totaliza o montante de R\$ 91. Atualmente, os processos estão em tramite perante o judiciário aguardando decisão de mérito.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(c.2) Composição dos passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

Natureza	2024	2023
Processo Administrativo (PA) do CADE e Ação Anulatória (i)		2.394
Ações Cíveis Públicas (ACPs) – decorrentes do PA (ii)	6.926	6.532
Demais processos	997	1.007
	7.923	9.933

(i) Processo Administrativo (PA) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Ação Anulatória

Em 2006, a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”) iniciou investigação que culminou com a instauração de um PA contra diversas empresas do setor de cimento do Brasil, dentre elas a controlada VCSA, baseado em supostas práticas anticoncorrenciais, incluindo a formação de cartel com outras cimenteiras para fixação de preços e quantidades de produtos. Em janeiro de 2011 foi emitida Nota Técnica pela SDE e após finalizada a fase de instrução, em julho de 2015, o CADE chegou aos termos finais da sua decisão, determinando as seguintes sanções, entre outras, à controladora VCSA: (1) pagamento de aproximadamente R\$ 1.564 (20% sobre o faturamento anual bruto em 2016, com base na Lei nº 12.529/11); (2) diversas penas estruturais, em resumo: (2.i) venda de todas as suas participações societárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2.ii) venda de 20% de sua capacidade instalada de serviços de concretagem no Brasil, nos mercados relevantes em que a Companhia possua mais de uma concreiteira e (2.iii) venda de um ativo específico de cimento, que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposta prática anticoncorrencial; (3) outras penas que, em resumo, incluem: (3.i) a proibição de realização de atos de concentração pelo prazo de 5 (cinco) anos nos mercados de cimento (entre as empresas condenadas) e de concreto (qualquer ato) e de associação (entre as empresas condenadas) para projetos *greenfield* nos setores de cimento, escória e concreto; (3.ii) a proibição de contratação com instituições financeiras oficiais no caso de linhas de crédito subsidiadas por programas ou recursos públicos; (3.iii) recomendação à Receita Federal

para que não sejam concedidos parcelamentos de tributos federais ou que sejam cancelados, no todo ou em parte, os incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

Em outubro de 2015, a controlada VCSA ajuizou uma ação ordinária para anular (Ação Anulatória) a decisão no âmbito do PA. Ao final de novembro de 2015, foi concedida liminar para suspender os efeitos da decisão no PA, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações até o julgamento do mérito da Ação Anulatória. O CADE foi citado e apresentou sua defesa, ao passo que a controlada VCSA apresentou sua réplica em novembro de 2016. Foi deferida prova pericial econômica e, em maio de 2021, o laudo do perito judicial foi apresentado. As partes apresentaram sua manifestação e parecer técnico em relação ao laudo pericial em novembro de 2021. Em 30 de maio de 2023, foi realizada audiência de instrução, no entanto, aguardava-se o complemento do laudo pericial, conforme determinado em audiência.

Em dezembro de 2024, a controlada VCSA celebrou com o CADE e acordo para encerrar todos os processos administrativos e judiciais envolvendo a controlada VCSA. No acordo, foram endereçadas as obrigações não pecuniárias previstas nos acordos do CADE, que por sua vez, comprometeu-se abster de adotar quaisquer medidas, judiciais ou não, para exigir a execução dessas obrigações. Além disso, no que se refere sanções pecuniárias, a controlada VCSA aderiu ao Programa Desempenho Agências Reguladoras (art. 22 da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024) para quitar valores relacionados aos referidos processos. Com adesão ao programa, a controlada VCSA obteve um desconto de 65% dos valores originalmente cobrados, de acordo com as regras do programa, o que resultou num pagamento de R\$ 1.092 registrada na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas" no resultado.

A controlada VCSA não reconheceu a prática de qualquer ilícito ou a participação em qualquer conduta anticompetitiva.

Na data de autorização dessas demonstrações financeiras anuais, o acordo firmado entre as partes encontra-se em fase de homologação judicial.

(ii) Ações Civas Públicas (ACPs) decorrentes do PA - VCSA

(a) ACP do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (ACP-MPE/RN)

Em janeiro de 2012, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (MPE/RN) ajuizou uma ACP contra a controladora VCSA e, outras 5 (cinco) cimenteiras e entidades representantes da indústria de cimento e concreto, por suposta violação à lei concorrencial brasileira, com base na Nota Técnica da SDE de 2011, acima referida.

O MPE/RN fez os seguintes pedidos genéricos: (1) danos morais coletivos de R\$ 5.600 (corrigidos até janeiro de 2012), com solidariedade entre as demandadas, para o Fundo Nacional de Direitos Difusos; (2) dano patrimonial individual homogêneo aos consumidores equivalentes a 10% dos montantes pagos por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos demandados entre 2002 e 2006, para liquidação e cobrança individual por cada consumidor; (3) multa de 1% a 30% das receitas brutas do seu último exercício, não inferior às vantagens supostamente auferidas (art. 23, I, Lei nº 8.884/1994); e (4) outros pedidos, dentre eles: (4.i) proibição, por um período de pelo menos 5 (cinco) anos, de obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação dos governos federal, estadual ou municipal, entidades ou agências governamentais; e (4.ii) determinação para não concessão de parcelamento de tributos federais e cancelamento de incentivos fiscais ou subsídios públicos.

Em agosto de 2018, as preliminares arguidas pelas demandadas foram rejeitadas, tendo os embargos de declaração opostos contra essa decisão julgados em setembro de 2021, confirmando-se tal rejeição. Foi ainda determinada produção de perícia, estabelecendo-se que o ônus da prova do dano é do MPE/RN. Não houve ainda indicação de perito judicial.

Em outubro de 2022, foi proferida decisão pelo juízo do Rio Grande do Norte, reconhecendo a existência de continência entre a ACP-MPE/RN e a ACP-MPF/SP (descrita no item abaixo), a fim de que as ações sejam reunidas no juízo de São Paulo, responsável pelo julgamento da ACP-MPF/SP. Contra essa decisão, foram interpostos recursos

pela controladora VCSA, que não tiveram êxito; atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de outras corrés contra a mesma decisão. Após o julgamento desses recursos das demais partes, e em se confirmando a continência, o processo será direcionado para o juízo de São Paulo para continuar a sua tramitação; caso os recursos sejam providos e seja mantida a competência do juízo do Rio Grande do Norte, a instrução probatória seguirá o seu curso neste juízo.

(b) ACP do Ministério Público Federal de São Paulo (ACP-MPF/SP)

De forma aparentemente similar, também com base no PA, em outubro de 2021, o Ministério Público Federal de São Paulo (MPF/SP) ajuizou ACP contra todas as pessoas e entidades condenadas no PA, alegando violação à lei concorrencial brasileira, como resultado de suposta formação de cartel.

O MPF/SP fez, dentre outros, os seguintes pedidos na ACP-MPF/SP: (1) medida liminar para proibir alteração do quadro societário das empresas demandadas (e suas subsidiárias ou coligadas); (2) dano econômico-financeiro com solidariedade entre as Pessoas Demandadas: (i) pedido principal total de R\$ 28,92 bilhões (corrigido até janeiro de 2014) com base num suposto sobrepreço de 20% entre 1987 e 2007 (sendo 49,78% alocado para Companhia); e (ii) pedido subsidiário total de R\$ 7,78 bilhões (corrigido até junho de 2021) com base num suposto sobrepreço de 2,7% entre 1994 e 2004 (49,78% alocado à Companhia); (3) dano moral de R\$ 10 bilhões corrigido até a outubro de 2021 (49,78% alocado à Companhia); (4) depósito do valor de condenação; (5) reconhecimento dos efeitos para futuras indenizações individuais; (6) proibição de contratação com instituições financeiras oficiais; e (7) não parcelamento de tributos ou cancelamento no todo ou em parte de incentivos e subsídios.

O pedido de medida liminar (item (1) acima) foi negado pelo juízo em primeiro grau em novembro de 2021. A controladora VCSA foi citada e apresentou a sua defesa no prazo legal. Em função da propositura da ACP-MPF/SP e da similaridade entre os pedidos das ACPs, inclusive de mesma natureza, a controladora VCSA revisou os valores de expectativas de perda possíveis das ACPs, como um todo, e ainda de cada um dos pedidos feitos nessas ACPs para avaliação dos valores incluídos na rubrica de contingência possível. Nesse sentido, a controladora VCSA calculou de forma consolidada o montante de reporte de contingência possível para ambas as ACPs, com base nas seguintes premissas: (a) avaliação com base nos valores (de danos morais e patrimoniais) indicados pelos ministérios públicos, o que não significa que a controladora VCSA concorde com esses valores; (b) dada as similaridades de pedidos, os valores dos pedidos de mesma natureza não são duplicados; (c) os cálculos representam as melhores estimativas, neste momento, com base nos dados disponíveis (internos e públicos), no andamento processual, na jurisprudência atual e na avaliação de seus assessores legais, inclusive em relação a pedidos que são, neste momento, ilíquidos, inestimáveis ou sem impacto material para a controladora VCSA; (d) por fim, a controladora VCSA utilizou diversas premissas para estimativa dos valores e percentuais dos pedidos alocados à ela, entretanto a controladora VCSA não pode garantir que tais premissas irão prevalecer, inclusive considerando o atual estágio dos processos e inclusive os pedidos de solidariedade feitos pelos ministérios públicos, conforme descritos acima, estimando o montante atualizado da contingência possível para ambas as ACPs em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 6.926. Essa estimativa não representa qualquer concordância da controladora VCSA com os pedidos feitos pelos MPs, mas mera estimativa para fins de reporte de contingência possível. A controladora VCSA classificou a probabilidade de perda das ACPs como possível e, portanto, não há valores provisionados.

24. Uso do bem público – UBP

Política contábil

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

As controladas possuem ou participam de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público.

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores devidos anualmente estão demonstrados a seguir:

Usinas / Empresas	Investidora	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início pagamento	Participação	2024		2023	
						Ativo intangível (Nota 18)	Passivo	Ativo intangível (Nota 18)	Passivo
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	abr-02	jan-42	dez-09	60%	126	648	137	652
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-02	dez-44	jul-10	100%	5	28	6	28
Itupararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	fev-04	fev-24	mar-05	100%				
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	nov-38	dez-02	100%	1	6	1	7
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	nov-38	ago-04	100%	1	6	1	6
Fumaça	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46		100%	49	83	51	77
França	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46		100%	37	63	39	59
Porto Raso	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46		100%	23	40	25	37
Serraria	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46		100%	16	28	17	26
Barra	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46		100%	61	147	63	142
Capim Branco I e Capim Branco II	Pollarix S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	2	13	2	13
Picada	Pollarix S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	22	99	24	97
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NES.A.	mar-02	abr-44	abr-06	100%	84	641	86	643
						427	1.802	452	1.787
Circulante							146		141
Não circulante						427	1.656	452	1.646
						427	1.802	452	1.787

25. Benefícios pós-emprego

Política contábil

A Companhia, por meio das controladas participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e plano de pensão são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, as controladas da Companhia pagam contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia possui controladas com planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada:

	2024	2023
Direito registrado no balanço patrimonial		
Benefícios de plano de pensão	93	83
Ativo registrado no balanço patrimonial	93	83
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	68	56
Benefícios de saúde pós-emprego	325	349
Passivo registrado no balanço patrimonial	393	405
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Plano de pensão de benefício definido	2	9
Benefícios de saúde pós-emprego	15	14
	17	23
Reavaliações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	(3)	26
Benefícios de saúde pós-emprego	8	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	(7)
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	7	29

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à Funsejem são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal.

Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à Funsejem. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pro rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total	Total
Saldo no início do exercício	980	(646)	334	39	322	291
Custo do serviço corrente	9		9		9	12
Despesa (receita) financeira	61	(39)	22	3	25	(4)
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(3)		(3)		(3)	1
	67	(39)	28	3	31	9
Reavaliações:			(980)			
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(2)	(2)		(2)	24
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	17		17		17	
Perdas decorrentes de mudanças das premissas financeiras	1		1		1	24
Perdas (ganhos) decorrentes da experiência	(16)		(16)		(16)	26
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				(21)	(21)	6
	2	(2)		(21)	(21)	80
Variações cambiais	154	(115)	39		39	(61)
Contribuições		8	8		8	13
Pagamento de benefícios	(79)	68	(11)		(11)	(10)
Operações descontinuadas	(68)		(68)		(68)	
Saldo no final do exercício	1.056	(726)	330	21	300	322

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por região, conforme abaixo:

	2024					2023				
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Total
Valor presente de obrigações financiadas	182		629		811	182	2	537		721
Valor justo de ativos do plano	(51)		(723)		(774)	(74)	(2)	(618)		(694)
(Déficit) superávit de planos financiados	131		(94)		37	108		(81)		27
Valor presente de obrigações não-financiadas		15	233	4	252		68	194	4	266
(Déficit) superávit total de planos de benefícios previdenciários	131	15	139	4	289					293
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	11				11	29				29
Passivo líquido do ativo	142	15	139	4	300	137	68	113	4	322

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2024				2023			
	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina	Brasil	Europa, Ásia e África	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	10,70%	27,70%	4,84%	7,41%	9,82%	10,20%	4,93%	7,71%
Taxa da inflação	3,50%	24,90%	2,00%	5,49%	4,00%	6,89%	2,00%	5,11%
Retorno esperado sobre os ativos do plano								
Aumentos salariais futuros	3,55%	24,90%	2,50%	3,41%	4,03%	9,64%	2,50%	3,71%

Abaixo é demonstrado a sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	2024			2023		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Diminuição de 4,91%	Aumento de 5,39%	0,50%	Diminuição de 5,04%	Aumento de 5,27%
Aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 0,30%	Diminuição de 0,29%	0,50%	Aumento de 0,32%	Diminuição de 0,32%
		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
Expectativa de vida		Diminuição de 3,10%	Aumento de 3,05%		Diminuição de 2,91%	Aumento de 2,87%

(c) Plano de benefício definido e assistência médica pós-emprego

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de suas controladas indiretas na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada. As obrigações referentes a estes planos estão inclusas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

26. Patrimônio líquido

Política contábil

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de hedge de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; e
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 28.656, composto por 18.278.788.894 de ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 83 calculados com base no lucro do exercício de 2023, foram revertidos com base em decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024 e foram retidos no patrimônio líquido da Companhia.

Durante o exercício de 2024, a Companhia deliberou o pagamento à sua controladora Hejoassu Administração S.A. o montante de R\$ 940 correspondente a dividendos relativos à parte do saldo da conta de "Reservas de lucros" acumulados até 31 de dezembro de 2023 e reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2024, no montante de R\$ 216, conforme detalhado no quadro a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	910	2.343
(-) Reserva legal	(45)	(117)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	865	2.226
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	216	557
Destinação		
Dividendo mínimo obrigatório	216	84
Juros sobre capital próprio		473
Total de distribuições do exercício	216	557
Reserva de lucros	649	1.669
Total de destinações	865	2.226
Distribuição aos acionistas		
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	(83)	(1.131)
Dividendos distribuídos com base em lucros de exercícios anteriores	940	1.303
	857	172
Total de distribuições do exercício e contribuição aos acionistas	1.073	729
% Valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,06	0,04

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuível aos acionistas controladores							
	Varição cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Valor justo das ações	Reavaliações com benefícios de aposentadoria	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2023	10.610	(5.401)	(61)	204	192	(201)	(107)	5.236
Variação cambial de investidas no exterior - operações continuadas	(1.801)							(1.801)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		58						58
Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários			22					22
Ajuste a valor justo das ações, líquido de efeitos tributários					(229)			(229)
Valor justo de ativos disponíveis para venda de investimentos				95				95
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						(81)		(81)
Realização de abrangente - ações					(79)			(79)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							335	335
Em 31 de dezembro de 2023	8.809	(5.343)	(39)	299	(116)	(282)	(107)	3.556
Em 1º de janeiro de 2024	8.809	(5.343)	(39)	299	(116)	(282)	228	3.556
Variação cambial de investidas no exterior - operações continuadas	6.363							6.363
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(178)						(178)
Hedge accounting operacional de investidas, líquido de efeitos tributários			(477)					(477)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários					(197)			(197)
Valor justo de ativos disponíveis para venda de investimentos				(141)				(141)
Realização de abrangente - ações					(180)			(180)
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						232		232
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							(22)	(22)
Realização de participação em outros resultados abrangentes das investidas							(348)	(348)
Em 31 de dezembro de 2024	15.172	(5.521)	(516)	158	(493)	(50)	(142)	8.608

(d) Participação dos acionistas não controladores

						2024
Participação dos acionistas não controladores (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas não controladores	
Nexa Resources S.A.	35,32%	1.171	4.609	1.234	2.703	1.843
St Marys Cement Inc.	17,00%	498	2.443	440	1.012	1.489
Companhia Brasileira de Alumínio	32,40%	1.176	2.915	647	2.256	1.188
Nexa Resources Peru S.A.A	16,27%	879	1.067	376	300	1.270
Cementos Artigas S.A.	49,00%	104	311	61	86	268
Yacuces, S.L.	49,00%		196			196
Itacamba Cimento S.A.	33,33%	120	272	66	170	156
CBA Energia Participações S.A.	66,67%	22	206			228
Pollarix S.A.	66,67%	89	246	34	46	255
Outros		24	206	4		226
		4.083	12.471	2.862	6.573	7.119

						2023
Participação dos acionistas não controladores (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas não controladores	
Nexa Resources S.A.	35,32%	887	4.194	875	2.081	2.125
St Marys Cement Inc.	17,00%	349	1.902	309	746	1.196
Companhia Brasileira de Alumínio	32,11%	1.430	2.735	630	2.103	1.432
Nexa Resources Peru S.A.A	16,27%	466	950	237	172	1.007
Cementos Artigas S.A.	49,00%	106	297	81	64	258
Yacuces, S.L.	49,00%	1	152			153
Itacamba Cimento S.A.	33,33%	104	208	37	151	124
CBA Energia Participações S.A.	66,67%	15	242	12		245
Pollarix S.A.	66,67%	40	225	38		227
Outros		12	176	4		184
		3.410	11.081	2.223	5.317	6.951

27. Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil

A receita representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens no curso normal das atividades de suas controladas. A receita é mostrada líquida do imposto sobre valor agregado, devoluções e descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita não será considerada medida de forma confiável se todas as condições de venda não forem resolvidas. As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo.

O reconhecimento de receita é baseado nos seguintes princípios:

(i) Venda de produtos e serviços

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(ii) Venda de energia elétrica

Os contratos de venda de energia das controladas e coligadas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida para as controladas CBA e VCSA.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para as controladas CBA e VCSA.

(a) Reconciliação das receitas

	2024	2023
Venda bruta		
Vendas de produtos no Brasil	29.205	27.191
Vendas de produtos fora do Brasil	28.588	26.536
Comercialização de energia elétrica	268	492
Venda de serviços	1.945	1.576
	60.006	55.795
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(8.170)	(7.265)
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	51.836	48.530

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita líquida por país de destino

	2024	2023
Brasil	23.872	22.928
Estados Unidos	6.767	6.624
Peru	4.510	3.264
Canadá	3.133	2.786
Argentina	2.345	1.972
Espanha	2.207	1.862
Turquia	1.727	1.328
Cingapura	1.284	1.145
Suíça	1.224	1.055
Uruguai	508	518
Bolívia	507	455
Chile	425	419
Luxemburgo	382	386
Áustria	230	240
Japão	216	161
Colômbia	185	192
Alemanha	175	88
Taiwan	165	134
Bélgica	73	99
Equador	61	73
Itália	23	107
Outros países	1.817	2.694
	51.836	48.530

(ii) Receita líquida por moeda

	2024	2023
Real	23.028	22.025
Dólar americano	19.277	17.539
Dólar canadense	2.672	2.484
Euro	2.473	2.059
Peso argentino	1.865	1.449
Lira turca	1.615	1.194
Boliviano	487	438
Outras moedas	419	1.342
	51.836	48.530

28. Abertura do resultado por natureza

				2024	2023
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	24.255	75	59	24.389	24.916
Despesas com benefícios a empregados (a)	4.176	598	1.605	6.379	5.804
Despesas de transporte	4.823	101	6	4.930	4.103
Depreciação, amortização e exaustão	4.699	76	128	4.903	4.009
Serviços de terceiros	2.211	117	899	3.227	2.968
Outras despesas	1.341	323	382	2.046	2.703
	41.505	1.290	3.079	45.874	44.503

(a) Despesas com benefícios a empregados

	2024	2023
Remuneração direta	4.004	3.623
Encargos sociais	1.304	1.188
Benefícios	897	861
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	174	132
	6.379	5.804

(i) Assistência médica (pós-emprego) – Benefícios a empregados

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

(ii) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

29. Outros resultados operacionais

	2024	2023
Benefícios fiscais	358	431
Reversão (constituição) de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	178	(533)
Contratos futuros de energia	149	(624)
Receita de aluguéis e arrendamentos	62	38
Recuperação de tributos	54	43
Reavaliação de fluxo de caixa e reavaliação de taxa – ARO	50	(5)
Receita líquida na venda de resíduos e sucata	39	53
Ganho (perda) com operações de <i>hedge</i>	4	(7)
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	(5)	8
<i>Royalties</i> de mineração e direito de exploração	(91)	(96)
Provisões judiciais, líquidas	(96)	(189)
Gastos com projetos	(307)	(462)
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	(376)	(6)
Acordo celebrado com o CADE (Nota 22(d)(i))	(1.093)	
Outras receitas (despesas) líquidas	28	(262)
	(1.046)	(1.611)

30. Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	826	725
Instrumentos financeiros derivativos	390	500
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	237	119
Reversão de atualização de provisões passivas	235	193
Juros sobre ativos financeiros	171	190
Atualização do valor justo da <i>Put Option AMB</i>	144	
Atualização monetária sobre ativos	105	812
Ganho na renegociação de dívidas	35	15
Descontos obtidos	14	12
Outras receitas financeiras	231	374
	2.388	2.940
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.081)	(1.672)
Capitalização de juros sobre empréstimos	83	76
Instrumentos financeiros derivativos	(528)	(479)
Atualização monetária sobre provisões	(377)	(326)
Juros e atualização monetária sobre ARO	(164)	(146)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	(107)	(139)
Despesas de captação	(130)	(44)
PIS/COFINS sobre resultado financeiro	(122)	(137)
Ajuste a valor presente de contratos - IFRS 16	(153)	(19)
Encargos sobre securitização de recebíveis	(112)	(99)
Comissões sobre operações financeiras	(118)	(67)
Juros e atualização monetária - UBP	(112)	(51)
Ajuste a valor presente	(89)	(92)
Encargos sobre operações de desconto	(87)	(135)
Juros pagos de arrendamento	(48)	(35)
Juros sobre <i>streaming</i> de prata	(35)	(27)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(26)	(20)
Encargos na renegociação de dívida	(11)	(117)
Outras despesas financeiras	(449)	(480)
	(4.666)	(4.009)
Ganho (perda) monetária líquida na subsidiária hiperinflacionária	89	217
Variações cambiais, líquidas	(1.749)	16
	(3.938)	(836)
Resultado financeiro líquido	(3.938)	(836)

31. Benefícios fiscais

As controladas possuem incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais. Com relação aos programas estaduais, estes têm por objetivo atrair investimentos industriais visando a descentralização regional, promover a geração de emprego e renda, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados, estes incentivos fiscais são aprovados pelos estados na forma de financiamento com percentual de até 75%, crédito presumido com percentual de até 95% e diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido para importações de ativos e insumos.

32. Ativos e passivos diretamente associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para venda

Política contábil

São classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável.

O ativo ou o grupo de ativos a ser classificado como mantido para a venda deve ser mensurado no reconhecimento inicial pelo valor mais baixo entre o que seria seu valor contábil, caso não tivesse sido assim classificado, e o valor justo menos as despesas de venda. Se o ativo ou o grupo de ativos for adquirido como parte de combinação de negócios, ele deve ser mensurado pelo valor justo menos as despesas de venda. Quando se espera que a venda ocorra após um ano, a entidade deve mensurar as despesas de venda pelo valor presente. Qualquer aumento no valor presente das despesas de venda que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa financeira.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e no passivo.

A seguir é demonstrada a abertura por empresa dos ativos e passivos mantidos para venda:

	2024	2023
Ativos		
Votorantim Cimentos S.A. (i)	1.973	10
Companhia Brasileira de Alumínio		246
Outros		4
	1.973	260
Passivos		
Votorantim Cimentos S.A.	479	
Companhia Brasileira de Alumínio		125
	479	125

(i) Em 2024 o Conselho de Administração da controlada VCSA aprovou o desinvestimento integral das operações da Tunísia e do Marrocos (Nota 1.1.2 (f)).

33. Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira são calculados de acordo com as informações dos segmentos industriais, considerando a base das informações do resultado acumulado de 12 meses, conforme cláusulas restritivas de empréstimos:

	Nota	2024	Investidas industriais (i) 2023
Dívida líquida			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19 (a)	30.512	25.118
Arrendamento	20 (b)	2.368	1.118
Caixa e equivalentes de caixa		(14.719)	(11.679)
Aplicações financeiras		(3.329)	(4.071)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	494	(118)
Dívida líquida (A)		15.326	10.368
Ebitda ajustado			
Lucro líquido		832	1.835
Adições (exclusões):			
Operações continuadas			
Equivalência patrimonial		(921)	(591)
Resultado financeiro líquido		3.905	815
Imposto de renda e contribuição social		1.323	368
Depreciação, amortização e exaustão		4.950	4.009
Ebitda antes de outras adições e itens excepcionais		10.089	6.436
Adições:			
Dividendos recebidos		910	1.510
Itens excepcionais			
Operações descontinuadas		(218)	
Acordo celebrado com o CADE		1.093	
Perda (ganho líquido) na venda de investimentos		(207)	15
Perda na venda de imobilizado		156	
Marcação a mercado de contratos futuros de energia		(149)	624
Constituição (reversão) de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		(242)	483
Derivativos de energia		275	
<i>Offtake Agreement</i>		(13)	(8)
Outros		196	568
Ebitda anualizado ajustado (B)		11.890	9.628
Índice de alavancagem financeira (A/B)		1,29	1,08

(i) Os saldos não poderão ser conciliados com as demais notas explicativas em decorrência das investidas não industriais que são contempladas no consolidado (Nota 2.2 (a)).

34. Eventos subsequentes

(a) Aumento de capital Nexa Atacocha

Em 15 de janeiro de 2025, foi concluído o processo de subscrição e pagamento das ações do aumento de capital na Nexa Atacocha, por meio de novas contribuições monetárias, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 18 de novembro de 2024. No processo, a companhia emitiu 1.203.513.164 novas ações Classe A e 979.353.191 novas ações Classe B, que foram subscritas pela Nexa El Porvenir S.A.C. e pelos minoritários. Após a conclusão da transação, a Nexa El Porvenir S.A.C. passou a deter 82,08% do capital social da Nexa Atacocha.

(b) Pagamentos de impostos judiciais efetuados pela Nexa Resources S.A.

Em janeiro de 2025, a controlada Nexa Resources S.A. pagou o valor total de USD 42 milhões (R\$ 263) em discussão para continuar o processo legal, seja em nível judicial ou administrativo, referente a algumas discussões sobre imposto de renda no Peru. Tal garantia foi apresentada aos tribunais e pode ser compensada no futuro com provisões relacionadas a reivindicações com perda provável ou ser recuperado caso a controlada Nexa Resources S.A. tenha sucesso nessas discussões. Esses pagamentos não alteraram materialmente os saldos registrados e divulgados em 31 de dezembro de 2024.

(c) Tarifas comerciais entre Estados Unidos e Canadá

Em 1º de fevereiro de 2025, o Presidente dos EUA Donald Trump, assinou uma ordem executiva pela qual os EUA irão cobrar uma tarifa de 25% sobre os produtos do Canadá (excluindo as importações de energia, que receberá uma tarifa de 10%), com vigência a partir de 4 de fevereiro de 2025. O Governo do Canadá anunciou certas tarifas retaliatórias sobre os produtos importados dos EUA. As tarifas canadenses foram inicialmente estabelecidas para entrar em vigor a partir de 4 de fevereiro de 2025, com uma implementação faseada, onde ambos os governos anunciaram uma pausa nas tarifas por um mês. Se as tarifas forem impostas, o impacto econômico total que as tarifas terão sobre as operações das controladas e coligadas da Companhia na América do Norte, permanece incerto e depende da gravidade e duração das tarifas impostas pelo EUA e Canadá. A Companhia está monitorando esta situação e avaliará possíveis impactos quando e se as tarifas forem de fato implementadas.

A large, stylized, blue 'V' logo is positioned in the background, centered horizontally and extending from the middle of the page down to the bottom. The 'V' is composed of two overlapping, rounded shapes, creating a sense of depth and movement.

VOTORANTIM

www.votorantim.com.br